

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Impresso

SUMÁRIO

A nova equação econômica argentina: virtudes e defeitos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Panorama do comércio exterior paranaense em 2001 <i>Luiz Fernando Oliveira Wosch</i>	9
Exportações paranaenses do complexo soja: restrições e mudanças <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	13
A recessão norte-americana acabou? <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	15
Paraná – Destaques Econômicos <i>Silmara Cimbalista, Robson Garcia Barbosa</i>	17
Economia Paranaense Indicadores Seleccionados	19

A nova equação econômica argentina: virtudes e defeitos

Gilmar Mendes Lourenço*

Ainda é cedo para elaborar cenários de desdobramentos das radicais e conflituosas modificações no modelo de operação da economia argentina, lançadas no final de 2001 e começo de 2002, indicativas de uma nova ordem monetária e cambial para o país.

Porém, é opinião quase consensual entre os especialistas dos meios econômicos que, com a decisão de atacar a raiz de seus desequilíbrios estruturais e conjunturais, por meio do desmonte do câmbio fixo e do regime de conversibilidade, o governo argentino estaria tentando ensaiar os primeiros passos na direção da superação da crise, da reconstrução política e institucional e da entrada nos tortuosos caminhos da reedificação econômica, bloqueados historicamente pelo populismo peronista (algumas vezes sem Perón), por ditaduras militares e pela falta de oposições políticas autênticas há mais de quinze anos.

Lembre-se que a Lei de conversibilidade fixava a paridade do peso ao dólar desde 1991, tendo sido adotada para eliminar a hiperinflação e concebida dentro do regime *currency-board*. Trata-se da importação do sistema aplicado às colônias inglesas na África e Ásia, na metade do século XIX, prevendo que o meio circulante em moeda nacional equivale ao estoque de reservas estrangeiras.

Em princípio, o êxito do *currency-board* requer um conjunto de requisitos, destacando-se a baixa densidade econômica do país, o atrelamento de sua moeda à de seu principal parceiro comercial, o rigoroso equilíbrio fiscal e o ambiente político estável, pois com a criação da caixa de conversão plena e ao par ocorre considerável limitação da margem de manobra do Banco Central, privando o país da execução da política monetária. Concretamente, era tudo o que sobrava para alguns tigres asiáticos e faltava à Argentina.

Apesar de gerar resultados iniciais positivos, principalmente quanto à eliminação da hiperinflação, a manutenção intransigente do câmbio fixo, ao lado do grupo de reformas liberalizantes preconizado pelo Consenso de Washington, acabou resultando em estagnação econômica e em crescentes déficits na balança comercial e de pagamentos do país.

O equacionamento do problema foi protelado em razão dos ganhos comerciais auferidos entre julho de 1994 e dezembro de 1998, durante o lançamento e vigência do real sobrevalorizado no Brasil, compensando parcialmente

as perdas nas operações com os outros mercados, fruto do peso apreciado (e da expressiva valorização do dólar em escala planetária, particularmente frente ao euro e ao iene), garantindo a sobrevivência do populismo cambial.

Há que considerar também que a Argentina tentou contornar o desequilíbrio externo, ocasionado pela dívida dolarizada e pela falta de competitividade, por meio da saída que conjugava recessão com deflação, dada a impossibilidade de proceder ao ajuste fiscal pela via do resíduo inflacionário e/ou da rolagem dos títulos públicos com diminuta denominação em dólares, caso do Brasil a partir de 1999.

Nesses termos, enquanto a inflação e o PIB mundial cresceram quase 20% e 30%, respectivamente, entre 1994 e 2001, na Argentina, os preços e a atividade econômica registraram evolução de zero e 7%, respectivamente, em idêntico intervalo, configurando depreciação efetiva de praticamente 20% do peso.

Por essa abordagem se, de um lado, a recessão diminui a demanda por importações e estimula as vendas externas, de outro, reduz as receitas fiscais o que, num ambiente de deflação, provoca o ajuste das contas públicas pela via dos cortes nominais dos gastos correntes.

As autoridades argentinas ignoraram que o enfrentamento das crises financeiras internacionais da era da globalização exigia o emprego do câmbio flexível.

Cumpre realçar aqui que talvez a Argentina tenha pecado por excesso no cumprimento do receituário do citado Consenso, que reúne um conjunto de propostas para a superação dos problemas dos países em desenvolvimento – sobretudo a abertura dos mercados e as privatizações – definidas em primeiro lugar pelos técnicos e depois pela cúpula do FMI, do Banco Mundial e do Departamento do Tesouro dos EUA, em reuniões realizadas em Washington em fins dos anos 80 e começo dos 90.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

Ao levarem às derradeiras conseqüências o preceito de emprego da âncora cambial como remédio para a infecção inflacionária, as autoridades argentinas ignoraram uma restrição séria contida no modelo de câmbio fixo, refletida na impossibilidade de extinção de todos os focos de elevação de custos internos, referenciados em dólares. Os gestores econômicos argentinos esqueceram também que a era da globalização impõe a utilização de regimes cambiais flexíveis para enfrentamento dos efeitos das crises financeiras de grande dimensão, como a do Leste Asiático de 1997.

Logo, o quadro de “beco sem saída” passou a demonstrar contornos bem definidos com a desvalorização cambial brasileira de janeiro de 1999 e seus efeitos negativos sobre os níveis de produção interna, exportações e endividamento externo da Argentina, que chegou a US\$ 147,0 bilhões (mais de 80% atrelado do dólar), consumindo juros de 20% ao ano, equivalentes a 9% do Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 300,0 bilhões.

Para piorar a situação, o presidente radical eleito naquele ano, Fernando De la Rúa, prometeu apenas conduzir de forma mais apropriada o modelo monetário concebido e executado pela dupla Menem/Cavallo, privilegiando a execução de um ajuste fiscal calcado no aumento dos impostos de pessoas físicas, o que aprofundou a recessão. O PIB argentino declinou 4% em 2001 e acumulou contração de 14% desde a o começo da curva recessiva no segundo trimestre de 1998.

Por conseguinte, os déficits comerciais continuaram sendo financiados pela elevação das taxas de juros para a atração de capitais voláteis, pelas privatizações (com financiamento público e incentivos fiscais), pela garimpagem de investimentos diretos e pela queima de reservas acumuladas ao longo do segundo quinquênio dos anos 80 e começo dos 90, através da suspensão do pagamento dos juros e da rolagem da dívida externa, previstas no Plano Brady.

Todos esses equívocos e constrangimentos redundaram na crise de confiança quanto à capacidade do país em honrar seus compromissos externos, especialmente com a inexistência de um importante produto exportável capaz de garantir as ajudas financeiras, como o caso do petróleo mexicano em 1994. Por esse motivo, a pauta de vendas externas da Argentina, concentrada em itens tradicionais, cuja demanda e/ou preços mundiais registram tendência estruturalmente descendente, não deve ensejar superávits comerciais consistentes a médio e longo prazos.

Diante de tal ordem de desequilíbrios, as blindagens financeiras, como a de quase US\$ 40,0 bilhões no começo de 2001, construídas pelo FMI, com a participação do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de bancos locais e de fundos de pensão, foram insuficientes para reverter o estado de apreensão generalizada quanto às condições de solvência do país. Nos últimos dois anos a Argentina contratou empréstimos de US\$ 22,0 bilhões somente com o FMI, tendo já sido desembolsados US\$ 12,0 bilhões.

O ministro Cavallo ainda acenou desesperadamente com a alternativa de dolarização no final de 2001, rechaçada por depender de forte apoio externo, devido à insuficiência de volume de moeda estrangeira para substituição da moeda local, por não assegurar o resgate a competitividade do país, pois os preços em dólares permaneceriam inalterados, por traduzir a abdicação sem volta da autonomia da formulação e execução da política monetária e pelo retardo da dolarização física do país.

Com a renúncia de Cavallo, em dezembro de 2001, mesmo com o elevado endividamento argentino expresso em moeda americana, o descarte da dolarização e a opção pela desvalorização do peso e pelo abandono da conversibilidade começaram a ganhar mais espaço e viabilidade.

Antes disso, a alternativa foi a declaração unilateral de incapacidade de pagamento do passivo junto aos credores externos em 02 de janeiro de 2002, quando o país deixou de quitar débito de US\$ 28 milhões correspondente à emissão de bônus denominados em liras. Mesmo que a renegociação possa, em tese, provocar redução do montante da dívida em decorrência da perda de valor de face dos papéis argentinos, a moratória praticamente sepulta as chances de obtenção de financiamento voluntário pelo país.

Por todas essas circunstâncias, o novo Presidente argentino Eduardo Duhalde assumiu o enorme compromisso de alterar o núcleo da orientação econômica da Argentina, sem provocar o retorno do espectro superinflacionário, que atingiu o país no final dos anos 80, e a quebra do sistema financeiro. Para tanto, conseguiu a aprovação de um conjunto de projetos junto ao Congresso Nacional, priorizando uma proposta de redistribuição de prejuízos que buscava, simultaneamente, minimizar os sacrifícios da maioria da população e sobrecarregar as elites econômicas e financeiras beneficiadas durante os dez anos de conversibilidade.

Essencialmente, o pacote argentino partiu da adoção de um câmbio duplo: um oficial, abrangendo operações de comércio exterior de bens essenciais, para as quais o dólar equivaleria a 1,40 peso, e um outro livre, válido para as demais transações, sobretudo as financeiras e de turismo. Dentre as demais medidas anunciadas no início de janeiro de 2002, cabe assinalar a ampliação dos tetos de retirada bancária em conta corrente e poupança. Os saques liberados passaram de 1.000 para 1.500 pesos/mês para as contas-salário, de 1.000 para 1.200 pesos/mês para as outras contas e até US\$ 500,0 para as poupanças (descontados do teto de 1.200 pesos depois da conversão).

Houve também a definição de um cronograma de devolução dos recursos bloqueados em pesos (mais de 20 bilhões), corrigidos a juros nominais de 7% ao ano, sendo em quatro parcelas mensais a partir de março de 2002 (até 10 mil), em 12 cotas a partir de agosto de 2002 (entre 10 e 30 mil) e em 24 prestações a partir de dezembro de 2002, quando superiores a 30 mil. Na mesma linha foram fixados os critérios de liberação das

aplicações a prazo fixo em dólares (cerca de US\$ 47,0 bilhões), sendo estas atualizadas monetariamente a juros nominais de 2% ao ano e devolvidas em 12 cotas a partir de janeiro de 2003 (até 5 mil), em 12 parcelas a partir de março de 2003 (entre 5 mil e 10 mil), em 18 partes a partir de junho de 2003 (entre 10 mil e 30 mil) e em 24 prestações a partir de setembro de 2003 (para valores superiores a 30 mil).

O governo argentino também proibiu a atualização monetária e a indexação de dívidas e contratos, permitidas por lei desde 1991, e estabeleceu o controle de preços para evitar prováveis abusos a serem praticados por segmentos oligopolizados.

Ocorreu ainda a conversão em pesos das dívidas de até US\$ 100 mil, contraídas para aquisição de casa própria, crédito pessoal e financiamento para pequenas e médias empresas. Essa operação foi realizada pela cotação oficial (no início foi praticada pelo mercado flutuante). Foi definida ainda a pesificação dos contratos privados e a fixação de prazo de 180 dias para renegociação dos termos, a transformação em pesos das operações com cartões de crédito efetuadas dentro do país, a pesificação das tarifas públicas e a anulação dos mecanismos de indexação previstos nos contratos de concessão.

Por fim, foi instituída a cobrança de sobretaxa de 20% sobre as exportações de petróleo durante cinco anos, para financiamento das perdas derivadas da desvalorização do peso, além da emissão de títulos públicos federais (US\$ 2,8 bilhões) para a cobertura dos débitos das províncias.

O gerenciamento do varejo do plano forçou o governo rapidamente a revisar algumas providências. Inicialmente, o executivo procurou flexibilizar o *currallito*, autorizando a transferência de até US\$ 5 mil bloqueados para as contas correntes (convertidos ao câmbio oficial), desde que utilizados para a cobertura de pagamentos de cheque ou conta corrente. Posteriormente, indicou a possibilidade de criação de um índice de atualização monetária para os depósitos bancários em dólares (bloqueados no *currallito* e transformados em pesos), contratos e tarifas. Emergencialmente, o governo negociou a alocação de um bilhão de pesos no orçamento, para alocação como seguro desemprego entre 100 e 200 pesos para 500 mil chefes de família durante três meses.

Outra correção relevante efetuada, ainda em janeiro de 2002, foi o anúncio da intenção de preparação da pesificação completa da economia argentina, com a transformação em pesos dos depósitos e dívidas em dólares, abrindo caminho para a adoção do câmbio flutuante no segundo semestre do ano. Até porque, a desdolarização apenas parcial se contrapunha aos argumentos de “cortar o mal pela raiz”. Ao não pesificar todos os depósitos e aplicações, as autoridades argentinas mantinham as distorções do bimonetarismo financeiro do modelo anterior, comprometendo a plena mudança do regime monetário e cambial.

Mas essas alterações e propostas não lograram êxito na reversão do ambiente de desconfiança, obrigando o governo a implementar consertos mais expressivos na

engenharia do Plano, no começo de fevereiro de 2002, como resposta aos persistentes protestos populares, capitaneados pela classe média, e à decisão da Suprema Corte Argentina de anular o *currallito*.

Nessa perspectiva, ficou definida a autorização para retiradas integrais dos valores relativos a salários, aposentadorias e indenizações, a conversão das dívidas em peso ao par (um dólar = um peso), a transformação dos depósitos represados pela cotação 1,40 peso por um dólar e instituição da variação cambial suja (flutuante com rigoroso monitoramento do Banco Central), que poderia desobstruir as negociações para a obtenção de um empréstimo de emergência junto ao FMI. Para compensar os prejuízos, os bancos receberiam títulos públicos com valor estimado de US\$ 15,0 bilhões.

Na avaliação do executivo argentino, o preço da depreciação da moeda Argentina (US\$ 10,0 bilhões, conforme estimativas oficiais e US\$ 15,0 bilhões segundo cálculos dos bancos) será pago principalmente pelos segmentos favorecidos pelo modelo econômico anterior, especificamente o petrolífero e os serviços públicos privatizados.

Mesmo em meio ao caos político, o desmonte da âncora cambial deve provocar gradual correção das distorções acumuladas pela economia ao longo de última década.

Todavia, ainda que ocorra a pesificação plena, as perdas do sistema financeiro podem chegar a US\$ 38,0 bilhões, de acordo com cálculos da Moody's, agência internacional de classificação de risco, o que equivale a mais que o dobro do patrimônio líquido das instituições. Tal problema foi criado pelo próprio sistema e advém do descasamento entre ativos (não indexados) e passivos (indexados).

Mesmo em meio a um ambiente de caos político e social prevalecente na Argentina com o naufrágio da experiência de câmbio fixo, o encaminhamento de solução para o problema cambial deve contribuir para a gradual reversão das distorções criadas pelos mais de dez anos de rígida política macroeconômica, com ênfase para a recessão crônica, a instabilidade fiscal, a abrupta diminuição dos níveis de reservas cambiais e o comprometimento da competitividade do parque produtivo operante no país, tanto no mercado doméstico quanto na fronteira externa.

Frise-se que a falta de câmbio serviu para intensificar a obsolescência do parque industrial argentino, erguido sob a égide do modelo de substituição de importações, a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, e que jamais conseguiu lograr vantagens competitivas frente os segmentos primário-exportadores, sustentados no emprego de recursos naturais. Enquanto isso, paradoxalmente, a Argentina cumpriu rigorosamente os preceitos neoliberais e as estratégias ortodoxas ditadas pelo FMI, apontado por Paul Krugman como um tipo de apêndice do Departamento do Tesouro americano.

Entretanto, a execução do conjunto de providências de sustentação da desejada e atrasada depreciação do peso, e da alteração de preços relativos por ela provocada, carrega componentes de risco e/ou armadilhas que extrapolam o campo estritamente econômico.

O primeiro ponto está umbilicalmente ligado à questão política. Duhalde é um presidente produzido por uma aliança de cúpula no Congresso, dominada por facções peronistas e sindicalistas corporativas, com a difícil missão de obter legitimidade popular, sem poder de fogo para atendimento dos pleitos mais imediatos da sociedade, inclusive daqueles segmentos que o conduziram à Presidência.

O segundo elemento de instabilidade reúne os próprios condicionantes da derrocada do governo anterior e dos principais acertos sucessórios, culminando no recorde de cinco presidentes em doze dias no final de 2001 (De la Rúa, Ramón Puerta, Rodríguez Saá, Eduardo Camaño e Eduardo Duahlde). Essencialmente, a agudização do quadro econômico, político e social, derivada da profunda e prolongada contração econômica (mais de quatro anos) – gerando a ampliação dos patamares de desemprego, atingindo cerca de 22% da População Economicamente Ativa (PEA), ou 3,2 milhões de pessoas, declínio das receitas públicas, diminuição dos depósitos bancários e ausência de crédito internacional –, desembocou nas medidas de restrição aos saques das contas bancárias e as transferências entre contas e operações com cartão, adotadas no começo de dezembro de 2001 e, por extensão, no descontentamento popular.

Aliás, o clima de tempestade social que antecedeu o anúncio das providências econômicas de dezembro de 2001 e de fevereiro de 2002 explica o retardo temporal para reabertura dos mercados e a previsível volatilidade inicial da nova estratégia macroeconômica.

O terceiro aspecto de risco dos pacotes repousa na fragilização de algumas de suas linhas básicas, com ênfase para o câmbio duplo, o provável overshooting da cotação no mercado flutuante, a falta de um rigoroso programa fiscal e monetário complementar e consistente, que escape da retórica do FMI apregoando o déficit zero, a manutenção do *currelito* (retenção de parte dos haveres à vista e à prazo nos bancos comerciais) e as implicações inflacionárias da desvalorização, embora o freio imposto pelo panorama recessivo.

Nesse sentido, o Banco Central Argentino vai ter que resgatar suas funções básicas, retomando a formulação, implantação e monitoramento da política monetária, inclusive através da injeção de recursos para garantir a liquidez do sistema financeiro, no momento da efetiva flexibilização das retiradas bancárias. A propósito disso, a nova carta orgânica do Banco Central, aprovada pelo Senado, dissocia a emissão de pesos do estoque de reservas em moeda forte e permite operações de empréstimos emergenciais da autoridade monetária para o sistema financeiro.

Essa atuação de socorro deve centrar-se nas instituições nacionais, dado seu maior grau de fragilidade em face da inexistência de um programa de saneamento

específico, a exemplo do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer) no Brasil, acrescido do fato de os bancos multinacionais poderem contar com aporte de capitais das matrizes para arremate das contas das subsidiárias. No final de fevereiro, o BC argentino dispunha de US\$ 13,7 bilhões em reservas, contra US\$ 6,0 bilhões e US\$ 3,9 bilhões, equivalentes em peso, respectivamente, em circulação e na forma de compulsórios.

A necessidade de provimento de liquidez para o mercado financeiro, os próprios efeitos da depreciação do peso e a provável indexação dos haveres retidos exprimem os principais focos de pressão inflacionária. No caso argentino, o *pass-through*, repasse dos custos decorrentes do ajuste cambial aos preços, deve ser maior que o verificado no Brasil em 1999, em razão do perfil diferenciado de suas exportações, concentrado em carne, trigo e petróleo, itens de elevado consumo interno. Quanto ao fornecimento de reservas aos bancos, a atuação do BC tem que guardar estreita sintonia com a descompressão dos saques bancários.

Com respeito ao *overshooting* ou à megadesvalorização, é prudente lembrar que episódio semelhante aconteceu no México em 1994, na Tailândia, Coréia e Indonésia em 1997, na Rússia em 1998, no Brasil em 1999 e na Turquia em 2001. Ressalte-se que México e Brasil sucumbiram durante a administração Clinton nos EUA que, em virtude do receio de um contágio generalizado, organizou e/ou facilitou a montagem de pacotes de socorro financeiro, episódio que não se repetiu na gestão Bush.

Adicionalmente, é conveniente sublinhar outras diferenças entre os ambientes que envolveram as desvalorizações cambiais promovidas por alguns países emergentes pós-1994. No México e no Brasil, a depreciação da moeda ocorreu numa fase de expansão econômica residual, sem a necessidade de suspensão de pagamento das dívidas e de congelamento de ativos financeiros. Já a Rússia e a Indonésia, apesar de não enfrentarem tecnicamente uma recessão, decretaram falência externa parcial (20% da dívida pública na Rússia e apenas o passivo privado na Indonésia) e encontraram obstáculos para funcionamento do segmento bancário.

Na Argentina, o colapso financeiro total e a instituição do *currelito* decorreram da intensificação do ambiente de falta de credibilidade e, por extensão, da rápida evasão dos depósitos privados, não interrompidas com o financiamento de US\$ 9,0 bilhões (equivalente a 15% do montante à vista e à prazo nos bancos comerciais) concedido pelo Banco Central da República às agências financeiras privadas.

Assim, o freio no ímpeto da desvalorização Argentina e na sua transmissão aos preços internos reside na diminuta liquidez do sistema, baseada no bloqueio dos valores nas contas bancárias. Nesse caso, a idéia básica era de que o câmbio duplo propiciasse ao país a obtenção de recursos no câmbio fixo para controlar o flutuante, o que não se confirmou.

É interessante mencionar aqui que a utilização do controverso câmbio duplo não constituiu qualquer

novidade. Tal estratégia foi empregada no Brasil ao longo do processo de substituição de importações, iniciado nos anos 30 e encerrado na segunda metade da década de 70, durante o Governo Geisel e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Fundamentalmente, um regime de câmbio múltiplo arbitrava as demandas conflitantes do aparelho industrial. A cotação mais barata privilegiava as importações essenciais e a mais elevada estimulava as exportações e inibia as compras externas não-prioritárias ou objeto de substituição por produção interna.

*Já nos anos 70, o controle cambial
praticamente desapareceu no
mundo desenvolvido.*

A prática de controle cambial começou a desaparecer no mundo ainda nos anos 70, quando a Europa resgatou a liberalização e os EUA sepultaram definitivamente o padrão ouro. No Brasil, a soltura do câmbio surgiu no final da década de 80, quando da paradoxal instituição de um regime duplo (flutuante-turismo e comercial), com o objetivo básico de retirar expressiva parcela das transações não comerciais (turismo, remessas, aplicações financeiras) das especulações do mercado paralelo. Em 1994, o Banco Central viabilizou a criação das contas não residentes (CC5), configurando um instrumento de comunicação entre os dois mercados.

Esse sistema foi eliminado com a resolução do Banco Central n.º 2.588, de janeiro de 1999, que equalizou as posições de câmbio das instituições financeiras nos segmentos de taxas livres e flutuantes, culminando na unificação dos mercados, exatamente o oposto da decisão do governo argentino tomada em janeiro de 2002.

Com o fim da âncora cambial, a estabilidade de preços na Argentina passa a depender de uma outra referência nominal. A presente etapa de transição para a flutuação cambial reserva lugar apenas para a preparação de um regime fiscal previsível e/ou de fixação de metas inflacionárias. A política monetária deverá assumir o caráter restritivo, calcada em juros básicos reais elevados, indicativa do fim do câmbio fixo e da perseguição do regresso da normalização dos fluxos financeiros externos ao país, com as bênçãos do FMI.

Em paralelo, o Ministro da Economia Jorge Lenicov terá de organizar um orçamento crível para 2002, tarefa favorecida em parte pela diminuição da saída de divisas ligada à moratória. Por enquanto, os retoques finais da peça orçamentária subestimam a dimensão recessiva (queda de 4,9% do PIB) e a depreciação do peso (um dólar=1,40 peso). De seu lado, os mercados projetam inflação de 60% e declínio de 10% no PIB, o que representaria retroagir aos patamares de 1993 e a maior queda desde 1914.

No entanto, é razoável esperar que, depois de arrancadas as raízes do câmbio fixo (*currency board* e sistema de duas moedas legais), a pesificação e as pressões para o abandono do dólar como moeda corrente obriguem o governo a retomar a liberdade de emissão de moeda nacional desprovida de lastro (reservas).

A despeito dessa lógica, a mecânica da unificação do câmbio e da liberação dos mercados de divisas, exigidas pelo FMI, decidida no pacote de fevereiro, embute o perigo da superdesvalorização do peso, devido ao provável pronunciado aumento da demanda por dólares, “trombando” com a orientação e o desejo de pesificação ampla. Tal descontrole só poderá ser amainado por meio da centralização da maioria das operações de câmbio no Banco Central e da proibição ou rígida limitação da venda de divisas estrangeiras por bancos e casas de câmbio, com repercussões no mercado paralelo.

Por fim, o quarto fator de instabilidade da alteração do modelo argentino, abarca a reação das instituições internacionais, particularmente dos países do G-7 e do Fundo Monetário Internacional (FMI), na definição de concessão de aporte de recursos de apoio à Argentina. A confirmação da ajuda financeira pode representar, de um lado, uma alavanca para a restauração das condições de governabilidade do país e, de outro, uma sinalização positiva para investidores e credores externos.

De um ângulo regional, o lançamento e as modificações do novo plano econômico da Argentina derrubam, ao menos a curtíssimo prazo, a situação de aparente “separação” dos riscos daquele país e os do Brasil, demonstrada pela relativa estabilidade nos mercados cambial, financeiro e de capitais brasileiro, provavelmente devido à incorporação antecipada do risco Argentina.

No fundo, havia um flagrante exagero no diagnóstico de “descolamento” entre as economias do Brasil e da Argentina formulado pelas rodas financeiras, oficiais e inclusive acadêmicas, presas ao curto prazo e negligenciando a natureza semelhante dos riscos, retratada na superdependência da entrada de recursos estrangeiros de origem especulativa para a cobertura dos déficits no balanço de pagamentos, na ausência de implantação de políticas estruturais.

Por esse prisma de observação, parece lícito admitir a possibilidade de deslizamento do câmbio no Brasil, até para acompanhar a marcha peso/dólar na Argentina, o que pode atrapalhar o prosseguimento da tendência cadente dos juros futuros e fortalecer a posição conservadora do Comitê de Política Monetária (Copom) na manutenção da taxa primária Selic no elevado patamar de 18,75% ao ano.

Trata-se do maior patamar real de juros básicos reais do mundo que, no afã de conter focos inflacionários (alguns transitórios) de demanda, vem comprometendo ainda mais a competitividade da economia brasileira, ao inibir a elevação da formação bruta de capital fixo (na ampliação da capacidade produtiva) e sustentar a tendência de sobrevalorização da taxa de câmbio.

Ao mesmo tempo, a transitória parada da produção e das transações na Argentina, por conta da ausência de liquidez, deve aprofundar a queda das exportações brasileiras e ampliar o grau de inadimplência dos importadores daquele país, estimado em mais de US\$ 500,0 milhões apenas com os exportadores do Estado de São Paulo.

Se o desenho conjuntural esboça contornos preocupantes, é imperioso reconhecer que o êxito na guinada de condução do programa econômico argentino abrirá flancos para a multiplicação de transações e inversões de âmbito regional a médio e longo prazos, recolocando o Brasil como parceiro estratégico.

Nessa moldura, algumas ações das diplomacias de Brasil e Argentina vem reproduzindo os interesses concretos em resgatar e consolidar o Mercosul no curto intervalo de tempo restante até 2005, prazo para o começo da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Dentre as iniciativas positivas, destacam-se a revogação, pelo governo argentino, da resolução editada em julho de 2001, que congelava as negociações bilaterais com o Brasil, e o aceno brasileiro de suspensão das contestações, junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), das medidas antidumping praticadas pela Argentina contra as exportações de frango.

Essas posturas políticas menos intransigentes só podem vir a valorizar o peso político da integração dos países do Bloco, elevando sua capacidade de resistência diante das inúmeras restrições embutidas nas complexas empreitadas junto à Alca e União Européia, potenciadas pelo “orgulho ferido” da comunidade financeira internacional e pela agressividade da superliberal diplomacia econômica dos EUA, que considera o Mercosul um desvio de comércio e que a crise atual representaria a chance para a Argentina abandoná-lo, fechar a travessia cambial para a completa dolarização e liberalizar de forma unilateral seu comércio internacional, tal como o Chile dos anos 70, que rompeu com o Pacto Andino. Aliás, tanto o governo dos EUA quanto a comunidade financeira internacional vem apostando cegamente no “quanto pior melhor”.

Nesse cenário, as armadilhas de curto prazo estariam indicando a necessidade premente de intensificação de esforços, notadamente entre Brasil e Argentina, na direção do equacionamento das disputas comerciais, da prática plena do livre comércio bilateral, da aproximação das legislações, da compatibilização do funcionamento dos sistemas financeiros, da flexibilização das normas de operação dos mercados de trabalho, da autonomia dos bancos centrais e da unificação monetária (um padrão monetário compartilhado em vez da simples adesão à moeda de parceiros).

É impossível ignorar que a disposição política pró-ampliação e o aprofundamento da integração bilateral foram bastante prejudicados pela desvalorização cambial brasileira e pela recessão Argentina ou, mais precisamente, pela penosa convivência entre o câmbio fixo da Argentina e o regime de livre flutuação com metas de inflação no Brasil.

Ademais, a recente reunião de cúpula do Mercosul corrobora os cenários de prosseguimento da coesão política do bloco e de intensificação da aproximação com os membros associados (Chile e Bolívia) e com os integrantes da Comunidade Andina das Nações (CAN), constituída por Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, inclusive na perspectiva de estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio entre Mercosul e CAN.

Em síntese, as incertezas quanto ao curso provável do plano argentino derivam tanto da presença de pontos frágeis, incompletos e confusos na concepção, quanto do conturbado ambiente político-institucional na execução. Até aqui, o novo governo não detalhou suficientemente as diretrizes da política econômica pós-desvalorização, condição essencial para a obtenção do socorro externo e a atração dos investimentos produtivos definidos pela nova estrutura de preços relativos.

De qualquer forma, a sustentação e credibilidade das providências emergenciais dependem da rápida formulação e exposição dos elementos-chave da nova gestão econômica, preponderantemente o programa fiscal, o papel a ser exercido pelo Banco Central e os mecanismos concretos para a preservação do segmento bancário e dos fluxos de capitais. Quanto a este último ponto, é negável que tanto a moratória quanto a alteração dos contratos de privatização devem afetar negativamente a corrente de inversões externas na direção do país.

De um lado, o bloqueio dos haveres financeiros representa uma autêntica âncora antiinflacionária e um entrave à superdesvalorização do peso, na medida em que impede corridas alucinantes para a retirada de pesos e a compra de dólares, pressionando para cima as cotações. De outro, o represamento dos recursos provoca pronunciada diminuição da liquidez do sistema bancário – agravada pelas perdas potenciais implícitas na transformação dos recursos em pesos, pela diminuição do valor das posições em títulos da dívida ocasionada pela moratória e pelo aumento da inadimplência –, aprofundando o quadro depressivo.

*O grande mérito do plano argentino
foi ter introduzido a questão distributiva
no debate econômico.*

Não obstante a persistência de algumas velhas fontes de perturbação macroeconômicas e/ou o aparecimento de novas, a preparação da desdolarização abrangente e a restauração das funções da autoridade monetária constituem os elementos-chave para o desmanche do *currulito* e para a gradativa normalização das operações financeiras.

O grande mérito do plano argentino foi ter inserido a questão distributiva no centro do debate e das decisões econômicas, desprovida de incursões populistas e/ou precipitadas. A exaustão do aparelho produtivo pela permanente transferência de renda para o segmento financeiro (e a implícita submissão aos interesses externos) é um câncer que precisa ser extirpado. Assim, o grande embaraço político pode ser traduzido na dificuldade de aceitação dos critérios de alocação das perdas associadas ao ajuste, especialmente num momento de radical guinada nos regimes monetário e cambial: de quase dolarização para pesificação e de câmbio fixo para flutuante.

Por mais estranho que possa parecer, a moratória da dívida oportuniza a modificação da

natureza do ajuste fiscal: a substituição dos cortes dos dispêndios públicos correntes, como a redução de 13% no valor das aposentadorias implementada na administração De la Rúa, pela diminuição dos juros da dívida. Propicia ainda a drástica redução da principal fonte de perturbação do mercado de dólares: o pagamento do serviço da dívida externa.

O êxito do Plano e o abrandamento da depressão econômica dependem da ajuda externa e do aval do FMI. A prorrogação por um ano de parcela vencida de quase US\$ 1,0 bilhão da linha Supplemental Reserve Facility (LRF), contraída junto ao Fundo é reveladora dessa tendência. Essa aparente benevolência do FMI deriva, sobretudo, das constantes e generalizadas críticas à consistência e eficácia das medidas recomendadas pela instituição para o enfrentamento das crises financeiras por parte dos países emergentes.

A substituição na presidência do Banco Central argentino, com a saída de Roque Macarrone e o ingresso de Mario Blejer (que teria trabalhado quase três décadas para o Fundo), também estaria sinalizando uma reaproximação que pudesse facilitar as

negociações do pedido de empréstimo adicional de cerca de US\$ 20 bilhões.

Por certo, sem o aval técnico e financeiro do Fundo, o país terá de amargar profunda recessão, acompanhada de hiperinflação e de deterioração das contas públicas. Até porque, os prováveis impactos positivos da desvalorização cambial à médio prazo não devem ser suficientes para contrabalançar a contração interna. Só a título de exemplo, as vendas externas da Argentina respondem por cerca de 10% do PIB do país.

A falta de crédito externo e a incapacidade de geração de recursos internos tendem a prejudicar sobremaneira o comércio exterior argentino, a julgar pelo comportamento recente de alemães e franceses que, respectivamente, suspenderam as vendas externas e passaram a restringir as garantias, principalmente seguros, às exportações destinadas àquele país.

Todavia, é necessário compreender que a governabilidade da Argentina depende crucial e emergencialmente do aporte de capitais de empréstimo procedentes das entidades multilaterais de crédito, como o Banco Mundial, independentemente da aprovação do programa econômico pelo FMI.

Panorama do comércio exterior paranaense em 2001

Luiz Fernando Oliveira Wosch*

O intercâmbio comercial do Paraná com o mercado externo, em 2001, contabilizou expansão de 12,88% na corrente de comércio, ultrapassando a marca de US\$ 10 bilhões. Pela ótica das exportações, a receita alcançou US\$ 5.318 milhões, resultado 21,07% superior ao registrado no ano anterior. No tocante às importações, o montante das aquisições chegou a US\$ 4.928 milhões, significando acréscimo de 5,2%. Em âmbito nacional, o Estado respondeu por 9,13% do total das divisas geradas e, em relação aos dispêndios, a participação foi de 8,87%. Em 2001, a condição superavitária da balança comercial paranaense foi restabelecida, já que as vendas ao exterior suplantaram as compras em US\$ 390 milhões.

A expansão observada nas exportações paranaenses decorreu substancialmente do desempenho de alguns grupos de produtos, dentre os quais cabe destacar: material de transportes, com ênfase para os acréscimos nas vendas de automóveis e de motores; o complexo soja, que mantém a liderança na pauta exportadora; carnes, que apresenta como carro-chefe as exportações de frango; milho, produto que se incorporou à pauta de forma expressiva; e açúcar, cuja expansão nas vendas está vinculada à atuação em mercados de pequena tradição no comércio mundial.

Distinguindo-se dos demais grupos pelo teor tecnológico dos produtos, as exportações de material de transporte atingiram US\$ 1.209 milhões em 2001, representando incremento de 23,56% em relação ao período antecedente. As vendas de automóveis responderam pela maior parcela do grupo, totalizando US\$ 772 milhões, cifra que conferiu ao produto a primeira posição no conjunto das exportações do Estado. Essas vendas destinaram-se principalmente aos Estados Unidos, México e Argentina. Outro destaque no grupo foi o avanço nas exportações de motores (277,03%), as quais somaram US\$ 160 milhões e atenderam especialmente o mercado europeu. Pela diferença nos percentuais de variação das vendas desses dois produtos – 32,54% e 277,03% –, nota-se que o primeiro revela fase de consolidação no mercado externo, enquanto o segundo cumpre etapa de inserção, fato que acompanha o cronograma de implantação/ampliação do segmento automotivo em território paranaense, haja vista que esse processo foi iniciado com a instalação das montadoras, estabelecendo-se, posteriormente, a unidade de motores.

A forte presença de tais produtos na pauta exportadora proporciona a manutenção de vínculos estreitos com influentes mercados mundiais, traduzindo-se na incorporação de novas tecnologias à economia local. Essa condição, no entanto, não significa a abdicação das empresas aqui instaladas em atender o mercado interno, até porque são interesses que se coadunam. Acrescente-se que o mercado externo surge como alternativa no intuito de reduzir a capacidade ociosa das indústrias, a qual se mantém elevada em período de retração da atividade econômica. Segundo avaliação recente¹, as montadoras instaladas na América do Sul apresentam os maiores índices de ociosidade e a indústria automobilística brasileira, em particular, registra ociosidade de 45%.

Os demais grupos de produtos citados derivam da atividade agropecuária presente no Estado e o desempenho da quase totalidade deles nas exportações em 2001 esteve atrelado aos desdobramentos da contaminação do gado europeu (mal da “vaca louca” e febre aftosa). Esse acontecimento implicou a quebra de confiança do mercado consumidor, cuja reação mais imediata foi a interrupção do consumo e substituição do produto e, em seguida, a busca por novos fornecedores. Adicionalmente, houve a alteração da composição da cadeia alimentar do rebanho, motivada pelo diagnóstico de que a causa do problema estava no uso de ração de origem animal, provocando sua substituição pela de origem vegetal. Ou seja, diante do perfil das exportações paranaenses fica evidente a oportunidade que se abriu em 2001 não só para ganhos de receita, como de fato ocorreu, mas também para a conquista futura de importantes mercados, até então abastecidos por países europeus, considerados concorrentes potenciais.

Paralelamente, outro importante elemento de impulso às exportações foi a desvalorização cambial, pois garantiu maior competitividade aos produtos. Não obstante o reflexo no desempenho global das exportações, a assimilação mais intensa e imediata dos efeitos da desvalorização é observada particularmente com relação às *commodities*, visto se tratarem de mercadorias negociadas em bolsas e, portanto, compreenderem operações de alta liquidez.

*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Em relação ao complexo soja, as exportações registraram incremento de 10,25% em comparação ao ano anterior, atingindo US\$ 1.664 milhões. Os embarques de farelo corresponderam à maior parcela da receita, com US\$ 756 milhões, valor 18,47% acima do obtido no período anterior. Esse desempenho foi conseqüência do aumento da demanda, com repercussão positiva no nível de preços. O outro componente do grupo que registrou acréscimo foi óleo de soja (21,19%), com as exportações somando US\$ 238 milhões. A performance de ambos compensou o ligeiro declínio observado nas vendas de soja em grão (-0,69%), fato este que não compromete a participação relevante do produto na pauta das exportações paranaenses.

Fatores como a contaminação do gado europeu e a desvalorização cambial, aliados à característica da pauta exportadora do Paraná, foram decisivos para o bom desempenho em 2001, mesmo diante de uma conjuntura mundial pouco promissora.

Como alvo de grande atenção no contexto das exportações, dada a competitividade dos produtos e a crescente inserção no mercado internacional, o grupo carnes confirmou as expectativas otimistas, ampliando as vendas em 53,48%, com uma receita de US\$ 440 milhões. A exportação de frango configurou-se como principal destaque no grupo, passando de US\$ 228 milhões em 2000 para US\$ 347 milhões em 2001. Cabe destacar que, embora o produto de menor grau de elaboração (frango inteiro) apresente-se com participação mais elevada, nota-se que as vendas de cortes de frango registraram incremento mais expressivo. Quanto aos mercados consumidores, destacam-se o Japão, cuja preferência é pelo produto em pedaço, e a Arábia Saudita, que detém a supremacia com relação às vendas de frango inteiro. Ademais, merecem ser citadas no grupo as exportações de carnes bovina e suína, com expansão de 45,86% e 96,85%, respectivamente. Nessa ordem, as vendas somaram US\$ 45 milhões e US\$ 39 milhões.

Voltado essencialmente ao mercado interno, o milho incorporou-se fortemente à pauta das exportações paranaenses em 2001, o que foi motivado pela oportuna conjugação de fatores como aumento da produção, demanda crescente e preços favoráveis. A comercialização do produto representou adicional de US\$ 360 milhões nas exportações totais do Estado. Cabe enfatizar que os embarques do produto abasteceram de forma mais intensa os mercados da Ásia e do Oriente Médio.

Já o desempenho das exportações de açúcar, com elevação de 30,92% em relação a 2000, não esteve inserido na dinâmica que guiou as vendas dos grupos de produtos citados. O produto vem gradativamente ganhando capilaridade de mercado, com fornecimento para países da África, do Oriente Médio e da Europa Oriental. Em 2001,

um dos fatores que impulsionou as vendas foi o aumento substancial dos embarques à Rússia, alcançando US\$ 53,2 milhões, praticamente o dobro do registrado no ano anterior. As exportações totais desse grupo passaram de US\$ 139 milhões para US\$ 182 milhões.

Embora o comportamento das exportações dos referidos grupos tenha cumprido decisivo papel para o resultado obtido pelas exportações totais do Estado, não se pode omitir o desempenho das exportações de outros grupos tradicionalmente importantes da pauta exportadora. Nesse rol, incluem-se madeira, cujas vendas ao exterior somaram US\$ 494 milhões, papel, com receita de US\$ 140 milhões, café, com US\$ 131 milhões, e máquinas e instrumentos mecânicos, com US\$ 109 milhões.

Quanto aos mercados de destino das exportações paranaenses, considerando blocos econômicos e regiões, a União Européia compreende o principal mercado, respondendo por 35,56% do total exportado pelo Estado. O bloco é reconhecido tradicionalmente como grande demandante de matérias-primas agrícolas, dentre as quais ganham relevância os produtos do complexo soja, notadamente farelo e grão. Cabe salientar que as remessas de motores para automóveis ocorridas em 2001 prenunciam uma fase de maior diversidade da pauta. As exportações à União Européia apresentam-se bastante pulverizadas entre os países, tendo como principal destino a França, cujas vendas somaram US\$ 381 milhões, seguida por Holanda, com US\$ 293 milhões, Alemanha, com US\$ 281 milhões, Espanha, US\$ 233 milhões, Reino Unido, US\$ 223 milhões, Itália, US\$ 199 milhões, e Portugal, com US\$ 112 milhões.

Com uma pauta marcada por bens industrializados, o Nafta assume a segunda posição dentre os mercados, com participação de 21,03%. As exportações de automóveis são as de maior expressão, seguidas por subprodutos de madeira, notadamente compensados e molduras. Aos Estados Unidos destinou-se a principal parcela das exportações, com as vendas somando US\$ 930 milhões em 2001, ultrapassando em 44,86% o valor registrado no ano anterior. O México é o segundo mercado, cujas exportações atingiram US\$ 136 milhões.

As exportações ao mercado asiático tiveram elevação de 28,48%, passando de US\$ 521 milhões para US\$ 669 milhões. Na terceira posição entre os blocos de destino, esse mercado absorve parcela importante de bens agrícolas e agroindustriais, conforme aponta o próprio avanço ocorrido em 2001, o qual foi motivado sobretudo pelas aquisições de milho, produto praticamente inédito na pauta. Os demais itens compreendem grão, óleo e farelo de soja e carne de frango em pedaços.

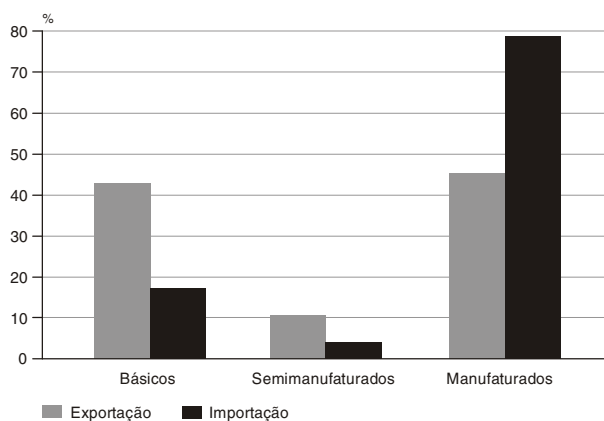
Com relação ao Mercosul, em cuja pauta constam automóveis, papel, motores, máquinas e instrumentos mecânicos, etc., as vendas ao bloco recuaram 16,07% em 2001, atingindo US\$ 522 milhões. A causa do declínio focou-se na queda das exportações à Argentina, sobretudo na comercialização de automóveis, confirmada pelos dados que apontam decréscimo de US\$ 118 milhões em relação ao período anterior. Trata-se, sem dúvida, do reflexo da crise vivida pelo país, cuja fase

mais aguda teve início a partir do segundo semestre de 2001. Assim, além da queda da atividade econômica, que por si só consiste em fator de restrição das importações, o alto risco de inadimplência, com repercussão no custo dos seguros e de outros componentes inerentes às transações, contribuiu para a redução do fluxo de comércio.

Cabe citar ainda o Oriente Médio, como comprador de carne de frango (inteiro), milho e óleo de soja, e a Europa Oriental, pelas aquisições substanciais de açúcar e de café solúvel. Com relação a esses mercados, as exportações paranaenses atingiram US\$ 399 milhões e US\$ 198 milhões, representando variações de 44,14% e 83,77%, respectivamente.

No que concerne às importações paranaenses, duas características da pauta de produtos se sobressaem comparativamente às exportações. A primeira delas é o menor grau de concentração, visto que enquanto os cinco principais itens importados representaram 24,31% do total das aquisições, nas exportações, tal participação atingiu 49,16%. A segunda refere-se à inclusão relevante de itens tecnologicamente mais evoluídos. Utilizando como parâmetro a participação de bens manufaturados, observa-se que a aquisição desses produtos representou 82,75% em 2001. No caso das exportações, os mesmos responderam por 55,95%. Infere-se assim que, embora quantitativamente o fluxo comercial do Estado com o exterior revele ligeiro superávit, em termos qualitativos a mesma vantagem não se verifica.

GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS PAUTAS DE IMPORTAÇÃO E DE EXPORTAÇÃO, SEGUNDO O FATOR AGREGADO - 2001



FONTE: MDIC/SECEX

Dentre as aquisições, o grupo de maior destaque corresponde a material de transporte. Nesse conjunto, as compras de autopeças foram as mais substanciais, totalizando US\$ 634 milhões, valor que supera em 4,78% o registrado no ano anterior. Essas vendas ganharam relevância com a implantação do pólo automotivo no Estado, tanto que os principais países fornecedores – França e Alemanha - são os que sediam as matrizes das duas principais unidades instaladas no Paraná – Renault e Volkswagen/Audi. Convém salientar que ambas figuram entre as grandes empresas brasileiras com atuação no comércio exterior, tanto nas

importações quanto nas exportações. Na seqüência, merecem destaque as importações de automóveis (US\$ 246 milhões) e de motores (US\$ 103 milhões).

O segundo grupo no rol das importações compreende material elétrico, cujas compras atingiram US\$ 866 milhões, representando incremento de 57,84%. As aquisições de equipamentos de telefonia foram as mais representativas, somando US\$ 282 milhões, e estão atreladas à expansão do sistema de telefonia/telecomunicações no Estado. No grupo, as aquisições de condutores elétricos destacaram-se pela variação de 216,15%, passando de US\$ 39 milhões para US\$ 123 milhões.

Em seguida, estão as compras de combustíveis e lubrificantes que, embora tenham registrado declínio de 12,07%, detêm participação importante, com gastos que atingiram US\$ 624 milhões. O principal item refere-se a óleo bruto de petróleo, que somou US\$ 568 milhões.

As importações do grupo máquinas e instrumentos mecânicos atingiram US\$ 603 milhões, registrando evolução de 37,59%. Sua composição caracteriza-se por ampla diversidade de itens, incluindo, em grande parte, bens de capital, o que permite supor, diante do incremento registrado, uma orientação do setor privado em ampliar/modernizar o parque fabril, indicando, por conseqüência, a possibilidade de aumento da atividade econômica a curto e médio prazos. Sublinhe-se que do total das importações, segundo categorias de uso dos produtos, os bens de capital foram os que obtiveram melhor desempenho, com elevação de 40,37%.

No que se refere às aquisições de matérias-primas agrícolas, ressaltam-se soja e cereais. Vale mencionar que as importações de soja em grão ganharam representatividade na pauta a partir da vigência da Lei Kandir e, em 2001, apesar de decréscimo, essas compras totalizaram US\$ 100 milhões. Relativamente a cereais, as importações também declinaram (13,85%), somando US\$ 95 milhões. O principal item é o trigo, cujas importações recuaram de US\$ 69 milhões para US\$ 54 milhões.

Relativamente a mercados, considerando blocos econômicos e regiões, a liderança coube à União Européia, cujas importações foram de US\$ 1.923 milhões, situando-se 16,4% acima do resultado do ano anterior. As importações oriundas do bloco compõem-se preponderantemente por itens referentes a materiais de transportes e elétricos. O Nafta é o segundo bloco e as importações alcançaram US\$ 830 milhões, superando em 13,5% o valor registrado no período antecedente. A pauta é bastante diversificada, com participação expressiva de bens industrializados. Em seguida, encontra-se o Mercosul, cujas importações declinaram 22,7% e atingiram US\$ 816 milhões. Dentre os itens importados, destacam-se soja em grão, óleo bruto de petróleo, automóveis e trigo. Vale acrescentar que a queda observada nas importações oriundas do bloco apresenta-se, basicamente, como reflexo do declínio verificado nas compras da Argentina, fato que se repetiu em relação às exportações. Nesse sentido, fica confirmada que a intensidade da crise econômica no

principal parceiro do bloco teve drástica repercussão na estrutura de comércio exterior daquele país. Por fim, merecem ser citadas as aquisições da África e da Ásia, que somaram US\$ 468 milhões e US\$ 410 milhões, respectivamente. No primeiro caso, as compras restringiram-se especialmente a óleo bruto de petróleo; já no segundo, estão incluídos como principais itens pneus, veículos diesel e condutores elétricos.

Em síntese, o desempenho do comércio exterior do Paraná em 2001 mostrou que as expectativas foram amplamente superadas, especialmente no tocante às exportações. Diante de uma conjuntura mundial pouco favorável ao comércio, haja vista retração da atividade econômica nas principais potências, como Estados

Unidos e Japão, aliada às dificuldades econômicas enfrentadas por alguns países da América Latina, dentre os quais destaca-se a Argentina, pela proximidade geográfica e econômica e pela gravidade da crise instalada no país, o resultado obtido pelas exportações paranaenses mostra que outros fatores cumpriram eficazmente o papel de reverter o quadro pouco promissor. Nesse contexto, a contribuição tanto de produtos essencialmente industriais quanto daqueles oriundos da atividade agropecuária demonstra que a diversidade da pauta é o diferencial decisivo para enfrentamento das oscilações tão freqüentes no comércio mundial, consistindo, portanto, em meta fundamental que merece atenção e esforços contínuos.

NOTA

- ¹ SILVA, Cleide. Setor quer enviar excesso de carros para fora. **O Estado de S. Paulo**, 28 jan. 2002. Caderno Economia, p. B-8.

Exportações paranaenses do complexo soja: restrições e mudanças

Júlio Takeshi Suzuki Júnior*

É consensual entre os analistas que as restrições ao crescimento econômico impostas pela elevada necessidade de financiamento externo podem ser reduzidas por meio da geração de superávits comerciais. Em 2001, após registrar déficits nos seis últimos anos da década de 1990, a balança comercial brasileira voltou a apresentar saldo positivo (US\$ 2,6 bilhões), como resultado do aumento de 16,2% nas exportações e do decréscimo de 0,4% nas importações, em um ano em que a taxa média de câmbio atingiu a marca de R\$ 2,35 por dólar, representando desvalorização de 28,6% em relação à cotação referente a 2000.

Como se sabe, o agronegócio teve importante participação na reversão do quadro comercial desfavorável, respondendo por vendas externas de US\$ 25,0 bilhões, cifra que correspondeu a 43,0% das exportações totais, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA) do Estado de São Paulo. Do lado das importações, foram gastos US\$ 8,6 bilhões, ou seja, o setor acumulou superávit de US\$ 16,4 bilhões em 2001, suplantando o saldo de US\$ 12,3 bilhões registrado no ano anterior.

No Paraná, a despeito do significativo crescimento das exportações de automóveis e de outras mercadorias de elevado conteúdo tecnológico, as vendas ao mercado internacional ainda estão concentradas nos produtos do agronegócio. Tanto que os principais grupos de mercadorias agropecuárias e agroindustriais (soja, madeira, carnes, milho, açúcar, papel, café e couro) foram responsáveis por divisas da ordem de US\$ 3,5 bilhões no ano passado, o que representou 65,8% das exportações estaduais (tabela 1).

No caso específico do complexo soja, as vendas somaram US\$ 1,7 bilhão, valor 10,2% superior ao obtido em 2000. Apesar do incremento de 10,3% nos embarques, as receitas relativas à comercialização da soja em grão declinaram 0,7%, passando de US\$ 675,2 milhões para US\$ 670,6 milhões. Isso se deveu ao comportamento desfavorável dos preços internacionais, que apresentaram queda de 10,0% no ano de 2001, como efeito da ampliação da produção mundial e da conseqüente elevação dos estoques do grão.

Em contrapartida, as vendas externas de farelo e óleo cresceram 18,5% e 21,2%, respectivamente, interrompendo uma trajetória descendente da participação dos derivados da oleaginosa nas receitas

totais do grupo. A ascensão das vendas do farelo foi sustentada pelo aumento da demanda por rações de origem vegetal, resultante dos problemas sanitários enfrentados pela União Européia. Já a ampliação das exportações do óleo de soja decorreu exclusivamente do crescimento de 32,3% nos embarques – consequência direta da expansão da produção interna e da retração da oferta mundial de outros óleos vegetais –, uma vez que os preços da *commodity* caíram 8,36%.

No decênio 1991-2000, as vendas estaduais do complexo soja cresceram a uma taxa média anual de 8,7%, acima dos 8,4% registrados em nível nacional e dos 5,0% atinentes às exportações mundiais. Esse expressivo desempenho é explicado tanto pela evolução do consumo dos tradicionais importadores quanto pela abertura e expansão de novos mercados, visto que alguns países pouco representativos nas vendas do segmento no início dos anos 90 – ou até mesmo não integrantes da relação dos compradores – passaram a responder por consideráveis parcelas das exportações.

Para ilustrar esse processo, a participação da União Européia, principal mercado da soja em grão e do farelo produzidos no Paraná, nas receitas totais do grupo recuou de 80,0% em 1991 para 66,0% em 2000, a despeito da elevação de 74,5% nas exportações paranaenses destinadas ao bloco econômico europeu. Em paralelo, a participação da Ásia saltou de 6,9% para 21,0%, com um crescimento de 541,3% no período.

Entre os países asiáticos, merece destaque a China. Atualmente, a nação mais populosa do mundo é responsável por 11,3% das exportações paranaenses da soja em grão, participação que poderá crescer substancialmente nos próximos anos, dado o notável ritmo de crescimento das importações desse país. Segundo a Food and Agriculture Organization (FAO), as aquisições da oleaginosa por parte da China saltaram de US\$ 494,5 milhões em 1991 para US\$ 2,8 bilhões em 2000, o que representou incremento de 459,8%. Em volume, registrou-se aumento ainda mais significativo, com as importações alcançando 12,7 milhões de toneladas no último ano da década passada, resultado 549,2% superior ao registrado em 1991, quando foram adquiridas 2,0 milhões de toneladas do grão.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

No entanto, a estrutura tarifária chinesa impõe pesadas restrições às exportações paranaenses e brasileiras dos produtos do complexo soja, principalmente às vendas de mercadorias de maior valor agregado, o que explica a modesta posição do país entre os mercados do óleo de soja produzido no Paraná. Por isso, as oportunidades comerciais concernentes ao mercado chinês ainda estão restritas às exportações de matéria-prima, pelo menos até que sejam implementadas medidas de flexibilização da rígida política de comércio exterior, como consequência do

ingresso do país asiático na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Assim como a China, a União Européia também se utiliza de tarifas de importação mais elevadas para produtos com maior grau de elaboração, expediente conhecido como escalada tarifária. Enquanto as importações européias de soja em grão estão sujeitas à tarifa zero, as aquisições de óleo bruto e refinado são taxadas com alíquotas de 7,6% e 11,4%, respectivamente, tornando nítida a importância dos resultados das futuras negociações comerciais.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS GRUPOS DE MERCADORIAS AGROPECUÁRIAS E AGROINDUSTRIAS, NO PARANÁ - 2000-2001

GRUPO	2001 ⁽¹⁾		2000	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)
Soja	1 663 636	31,29	1 508 957	34,36
Farelo	755 517	14,21	637 733	14,52
Grão	670 586	12,61	675 230	15,37
Óleo	237 533	4,47	195 994	4,46
Madeira	493 692	9,28	477 036	10,86
Compensado	192 671	3,62	193 615	4,41
Serrada	154 996	2,91	153 859	3,50
Molduras	56 778	1,07	39 638	0,90
Obras de marcenaria/ carpintaria	46 798	0,88	46 113	1,05
Outros	42 450	0,80	43 811	1,00
Carnes	439 657	8,27	286 466	6,52
Aves	347 025	6,53	227 757	5,19
Bovinos	44 684	0,84	30 636	0,70
Suínos	38 757	0,73	19 689	0,45
Outros	9 191	0,17	8 384	0,19
Milho	362 590	6,82	2 594	0,06
Açúcar	181 527	3,41	138 654	3,16
Em bruto	152 512	2,87	113 033	2,57
Refinado	29 015	0,55	25 620	0,58
Papel	140 073	2,63	147 562	3,36
<i>Couché</i>	42 296	0,80	45 930	1,05
<i>Kraft pl/ escrita, impressão e gráfica</i>	26 849	0,50	25 371	0,58
<i>Kraftliner para cobertura</i>	14 186	0,27	15 027	0,34
Outros	56 742	1,07	61 233	1,39
Café	131 201	2,47	159 970	3,64
Solúvel	96 044	1,81	110 057	2,51
Grãos	22 949	0,43	39 017	0,89
Extratos, essências e concentrados	12 208	0,23	10 896	0,25
Couro e artigos derivados	87 393	1,64	88 009	2,00
Couro preparado ou curtido	73 537	1,38	77 341	1,76
Outros	13 855	0,26	10 668	0,24
Produtos dos demais setores da economia	1 817 740	34,18	1 582 844	36,04
EXPORTAÇÕES PARANAENSES – TOTAL	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00

FONTE: MDIC/SECEX/Alice Web

Elaboração: IPARDES

(1) Dados preliminares.

A recessão norte-americana acabou?

Gilmar Mendes Lourenço*

A melhoria do balanço da safra de indicadores da economia dos Estados Unidos conduziu as autoridades e alguns especialistas econômicos daquele país, notadamente aqueles hospedados em Wall Street, a precipitadamente asseverar o fim da recessão e renovar as esperanças da proximidade de um novo surto de crescimento.

Recorde-se que a contração produtiva foi deflagrada em março de 2001, contrariando os prognósticos generalizados de “pouso suave” da maior economia do mundo, requerido para ensejar um realinhamento dos mercados de ações, em face da supervalorização dos papéis das companhias integrantes da chamada Nova Economia e da decorrente explosão do consumo pessoal associado à expansão da renda variável das famílias.

A atual euforia está apoiada nos resultados do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano e do déficit comercial. O PIB registrou variação anualizada de 1,4% no quarto trimestre de 2001, contra previsões de queda de 1,1%, formuladas pelo mercado, e depois do declínio de 1,3% observado no intervalo julho-setembro e da modesta expansão de 0,3% entre abril e junho do mesmo exercício. A variação entre outubro-dezembro de 2001 foi a maior desde idêntico intervalo de 2000 (1,9%), que já exprimia uma situação de desaceleração econômica.

Em linha semelhante, entre abril e dezembro de 2001, ocorreu queda anualizada de 0,3% do PIB contra redução de 2% no período entre julho de 1990 e março de 1991, reflexo dos conflitos no Golfo, compreendendo os nove derradeiros meses recessivos que antecederam o *boom* dos anos 90.

Já o déficit comercial caiu de US\$ 28,5 bilhões em novembro de 2001 para US\$ 25,3 bilhões em dezembro, em decorrência da queda no volume de importações, atribuída, segundo a visão otimista, não à recessão, mas à ampliação dos níveis de produção e de vendas internas para suprimento das demandas adicionais.

Diante desses números e conclusões, o Federal Reserve Bank (FED - Banco Central norte-americano) interrompeu a trajetória de onze cortes nos juros primários realizados desde o começo de 2001, marcada pelo recuo do patamar de 6,5% ao ano para os 1,75% a.a. atuais, sendo a menor taxa em 40 anos e negativa em termos reais (quando descontada a inflação anual próxima de 2%).

Em paralelo, o presidente do FED Alan Greenspan indicou, no Comitê de Assuntos Financeiros da Câmara dos Deputados dos EUA, previsão de crescimento de 2,5% a 3% do PIB em 2002, caracterizando a superação da recessão branda e o esboço de uma recuperação moderada. Isso porque, de acordo com as estimativas do FED, a redução dos níveis de atividade teria sido de apenas 0,3% entre julho e dezembro de 2001 e o incremento projetado representaria menos da metade dos 7% normalmente atingidos nos exercícios imediatamente posteriores às contrações econômicas ocorridas no pós-guerra.

A evolução do capitalismo revela que a instabilidade é uma peça-chave dos sistemas econômicos.

Antes de mais nada, convém ter presente que a história da evolução do capitalismo tem revelado que os sistemas econômicos convivem, intrinsecamente, com a instabilidade. Há uma sucessão temporal de etapas ascendentes e descendentes, com duração aproximada de sete a dez anos, caracterizadas pela alternância de ciclos virtuosos de prosperidade e de círculos viciosos de recessão ou de depressão.

A gênese do processo é o ingresso das economias em uma fase de vigorosa expansão, sustentada na elevação dos níveis de investimento (público e privado), gastos governamentais, produção e consumo que, muitas vezes, aparenta ser interminável. De repente, fatores estruturalmente adversos provocam uma reversão no ciclo, colocando as transações em rota cadente.

Por vezes, a flutuação cíclica atinge segmentos produtivos ou regiões isoladas, caso da recessão japonesa pós-90. Em outros momentos, o crescimento ou a crise assume dimensões planetárias, a exemplo da Primeira e da Segunda Grande Depressão, ocorridas entre 1873 e 1896 e 1929 e 1933, respectivamente.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Estudos Econômicos do IPARDES.

Ademais, a teoria econômica atesta que, mesmo no interior dos estágios de progresso ou de regressão, podem ser identificadas ondas de euforia e de pessimismo. Nesse ponto, o papel do analista econômico consiste em testar a aderência entre os movimentos conjunturais e as trajetórias de médio e de longos prazos, visando, de um lado, descrever, avaliar e, sobretudo, prever a trajetória do sistema e, de outro, propor alternativas de intervenção voltadas à negação e/ou reversão dos cenários desfavoráveis e à otimização dos pontos fortes.

Em outras palavras, o núcleo do trabalho do observador do ambiente de negócios reproduz a adequada interpretação do ritmo e da direção dos indicadores correntes e antecedentes, por vezes ambíguos, à luz do estoque e do fluxo de conhecimentos fornecidos pelos preceitos básicos da economia.

Nesse contexto, ao contrário de confirmar o diagnóstico triunfalista, as estatísticas menos desfavoráveis do PIB norte-americano traduzem uma parcela (talvez transitória) da marcha recessiva que combina a recuperação, para alguns segmentos, com o alcance do fundo do poço para outros, particularmente para as empresas e o mercado de ações.

Por uma ótica puramente econômica, o presente abrandamento do quadro recessivo repousa em três pilares concatenados: o aumento dos dispêndios públicos vinculados à mobilização de guerra, o incremento nos gastos de consumo e a queima e reposição de estoques, em resposta à diminuição dos juros. Mais precisamente, no quarto trimestre de 2001, houve a maior elevação de consumo pessoal e de gastos públicos e redução de estoques desde 1978.

Contudo, a grande preocupação prospectiva corresponde aos efetivos limites desses elementos de reativação. Sendo assim, é prudente considerar que, apesar de o declínio dos juros e a ampliação da disponibilidade de crédito terem impactado positivamente na desova dos estoques excessivos e na geração marginal de demanda de reposição, acabaram sendo insuficientes para elevar a taxa de investimento

agregada, dada a ainda enorme margem de ociosidade do parque industrial dos EUA, preponderantemente nos segmentos de equipamentos de informática e de tecnologia de comunicações.

Em paralelo, a geopolítica de conteúdo militarista da administração Bush não apresentou apreciável multiplicador macroeconômico, provavelmente por conta da natureza localizada dos conflitos desencadeados pelos atentados de 11 de setembro de 2001, abarcando quase que exclusivamente a ferrenha ofensiva americana e aliada contra os mentores e adeptos do regime Taleban, que dominava o Afeganistão.

Logo, é cedo para afirmar que a recessão norte-americana acabou. Até aqui, os componentes da reativação exibem uma natureza temporária, podendo desaparecer de forma tão rápida e surpreendente quanto surgiram. Lembre-se que a economia dos EUA cresceu apenas 1,2% em 2001 (versus 4,1% em 2000), a pior performance desde 1991, ano de encerramento do ciclo recessivo antecedente, e o desemprego alcança 5,6% da População Economicamente Ativa (PEA) contra 3,8% no terceiro trimestre de 2000, auge da etapa expansiva.

Esses sinais desfavoráveis têm levado os republicanos a insistir na defesa da aprovação de nova redução de impostos pelo Congresso, em troca do atendimento do pleito dos democratas de ampliação das despesas sociais. Os democratas prosseguem reivindicando a prorrogação dos pagamentos de seguro-desemprego para períodos adicionais ao teto de 26 semanas, pois este benefício estaria expirando para 11 mil americanos a cada dia.

Por tudo isso, os profissionais encarregados da observação e da previsão do clima econômico devem estar permanentemente atentos para não incorrerem no equívoco de confundir fatores circunstanciais com tendências estruturais. As freqüentes falhas de diagnóstico levam a proposições de adoção de providências políticas que são rapidamente atropeladas ou frustradas pela realidade. Nesse particular, ainda vale a máxima de que “para fatos não existem argumentos”.

Paraná – Destaques Econômicos¹

Silmara Cimbalista,² Robson Garcia Barbosa³

AGROINDÚSTRIA

Paraná registra crescimento de 11% no abate de frangos

A avicultura no Paraná apresentou crescimento de 11% em 2001, atingindo 1,2 milhão de toneladas. Com o resultado, o Estado assumiu a primeira posição no contexto nacional, superando Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nas exportações, os embarques alcançaram 320 mil toneladas, representando incremento de 26%.

Fatores como aumento do consumo interno, preço competitivo da carne, expansão do mercado externo e redução do ICMS estimularam o acréscimo da produção.

NASCIMENTO, Ana Paula. Avicultura no Paraná cresceu 11% em 2002. **Folha do Paraná**, Curitiba, 18 jan. 2002. Caderno Economia, p. 3.

Grupo paulista Raja anuncia início de abate de suínos no norte pioneiro

O grupo paulista Raja anunciou que sua unidade em Jacarezinho deverá iniciar o abate de suínos em junho próximo. A produção inicial do frigorífico será de 500 animais por dia, ocupando as instalações do Frigorífico Cristo Rei, desativado desde o início de 2001.

Na etapa inicial, o frigorífico terá capacidade para abater 1.300 suínos por dia, sendo responsável, nesta primeira fase, pela geração de 100 empregos e de outros 200 em etapas posteriores do projeto de instalação. O investimento previsto é de R\$ 2 milhões em um período de dois anos.

No total, o grupo Raja possui seis unidades e é responsável pelo abate de 60 mil suínos/mês, distribuídos nos estados do Mato Grosso, São Paulo e Paraná.

TELES, Benedito. Frigorífico anuncia abate de suínos no Norte Pioneiro. **Folha de Londrina**, 15 fev. 2002. Caderno Economia, p. 4.

Consórcio constrói abatedouros de frangos para exportar

Criada há menos de um ano, a Unifrango Agroindustrial, consórcio de 20 abatedouros do Estado, construirá uma unidade exclusiva para o abate de frangos destinados exclusivamente à exportação.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 40 milhões, terá capacidade para o abate de 200 mil aves/dia, ou seja, cerca de 25% dos 750 mil abates realizados pelas avícolas associadas de pequeno e médio porte. As empresas associadas estão situadas nas regiões Norte, Oeste e Sudoeste do Paraná que, somadas, ocupam a segunda colocação na produção do Estado.

No ano de 2001, o Paraná respondeu por 18,4% da produção nacional, com 1,21 milhão de toneladas de carne. Para 2002, o Estado deverá consolidar a liderança na produção nacional de frango de corte, crescendo em torno de 15%, superando o ano anterior, quando obteve 11%.

DENARDIN, Valmir. Consórcio constrói abatedouro só para exportar frangos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 28 fev. 2002. Caderno Sul, p. 1.

INDÚSTRIA

Raudi vai investir R\$ 72,5 milhões em Maringá

A empresa Raudi Indústria e Comércio irá investir R\$ 72,5 milhões na cidade de Maringá para produzir bicarbonatos (sal mineral), carbonatos, acetatos e derivados.

O objetivo da empresa é instalar todo seu empreendimento em 18 meses, estimando uma produção anual de 168 mil toneladas de produtos químicos e a geração de 450 empregos diretos.

RAUDI vai gerar 450 empregos diretos em Maringá. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 06 dez. 2001. p. 15.

¹ Elaborado com informações disponíveis no período de 06/12/2001 a 28/02/2002.

² Mestre em Administração Pública, técnica da equipe permanente desta publicação.

³ Acadêmico de Ciências Econômicas, estagiário do IPARDES.

Hexal do Brasil investirá R\$ 108 milhões em Cambé

A Hexal do Brasil, empresa fabricante de medicamentos genéricos, investirá R\$ 108 milhões na sua unidade em Cambé, norte do Estado. A indústria deverá entrar em operação em junho de 2003, produzindo 6 milhões de unidades/mês.

Atualmente, a Hexal fabrica cerca de 400 produtos, dentre os quais destacam-se medicamentos para o controle do colesterol, depressão, hipertensão, insuficiência cardíaca e oncológicos. A empresa deverá gerar inicialmente entre 500 e 700 empregos diretos e 300 indiretos.

HEXAL vai fabricar genéricos no Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 7 dez. 2001. p. 15.

Vigor investe R\$ 7,6 milhões no noroeste do Paraná

Com investimento de R\$ 7,6 milhões, a fábrica de produtos alimentícios Vigor estará iniciando suas atividades na cidade de Santo Inácio, no Noroeste do Paraná. Na unidade, serão produzidos leite esterilizado, desnatado e semidesnatado, implicando a geração de 60 empregos diretos, além de envolver cerca de 700 produtores de leite da região.

Atualmente, a fábrica produz de 12 a 15 milhões de litros de leite longa vida por mês e adquire 35 mil litros de leite por dia de produtores da região. Com a nova unidade, as aquisições chegarão a 90 mil litros diários, devendo atingir 200 mil litros em fevereiro.

VIGOR inaugura fábrica no Noroeste do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 dez. 2001. p. 15.

Synteco vai fabricar verniz e cera em Araucária

A empresa gaúcha Synteko Produtos Químicos S.A. vai transferir uma de suas fábricas de Gravataí para Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. Fabricante da cera Polwax e do verniz Synteko, a empresa faturou R\$ 164 milhões em 2001, representando crescimento de 53,6% em relação ao ano anterior.

Na unidade paranaense, serão investidos US\$ 6 milhões e, a partir do mês de agosto, o volume de fabricação de resinas poderá atingir 172 mil toneladas anuais.

CHAGAS, Newton. Polwax e Synteko produzidos no Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 fev. 2002. Caderno Sul, p. 1.

Lacta se transfere de São Paulo para Curitiba

A Kraft Foods do Brasil, dona da marca Lacta, irá transferir até o final de 2002 toda sua linha de produção de chocolates e suco em pó para a unidade de Curitiba. Os investimentos na nova unidade, antiga indústria de cigarros remodelada para o setor alimentício, somam US\$ 100 milhões.

A empresa prevê que até o final da implantação do projeto em 2003 sejam criados 3,3 mil empregos diretos na região. A

fábrica instalada em Curitiba deverá ser a segunda maior unidade do grupo em todo o mundo. Em 2000, a empresa faturou no mercado brasileiro R\$ 1,3 bilhão.

No intuito de formar mão-de-obra especializada, a empresa criou a Universidade de Alimentos da Kraft Foods (UAL), qualificando profissionais para operar equipamentos de última geração na área de alimentos. A Universidade atende, além das necessidades da Kraft, o mercado da indústria de alimentos do Paraná. Desde fevereiro de 2000, a UAL atua em parceria com o SENAI, PUC-PR, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Curitiba.

LACTA troca São Paulo por Curitiba. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 fev. 2002. p. 13.

Akzo nobel investirá R\$ 20 milhões na Região Metropolitana de Curitiba

A Akzo Nobel Ltda., empresa multinacional holandesa, começará a operar a partir de julho em São José dos Pinhais. A empresa produzirá resina para revestimento de papel, usado como acabamento em madeira e voltado principalmente à indústria moveleira.

Nos primeiros seis meses, está prevista a produção de 10 milhões de metros quadrados do papel, a qual será destinada a cinco grandes indústrias do Estado.

A empresa deverá investir R\$ 20 milhões no projeto, que prevê a construção de 7,8 mil metros quadrados e a geração de 30 empregos diretos e 20 indiretos.

GUETHS, Mague. Indústria holandesa deve investir R\$ 20 mi na Região de S. J. Pinhais. **Folha de Londrina**, 22 fev. 2002. Caderno Economia, p. 3.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Nível de emprego no Paraná registrou crescimento em 2001

O Paraná encerrou 2001 com crescimento de 3,82% no nível de emprego, desempenho considerado o melhor dos últimos 10 anos. Foram registradas 53 mil novas vagas, totalizando 1,46 milhão de empregados com carteira assinada. Em 2000, o número de vagas criadas chegou a 28 mil.

Do total dos novos postos de trabalho, o interior do Estado respondeu por 46,7% e a Região Metropolitana de Curitiba por 43,3%.

De forma mais substancial, o resultado é atribuído ao aumento de 14,8% no número de vagas na indústria de alimentos e bebidas e de 9,29% no da indústria mecânica. Outros setores com bom desempenho foram o de ensino, com 8,64%, e o de transporte e comunicação, com 7,47%. Compreenderam os setores que tiveram queda a construção civil com -9,38%, saneamento e energia com -3,51% e administração pública com -0,15%.

FÉLIX, Rosana. Nível de emprego no PR foi o melhor em dez anos. **Folha de Londrina**, 20 fev. 2002. Caderno Economia, p. 3.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2001

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	70 870	168 371	2 376	79 257	188 157	2 374	32 052	583 133	18 193

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	61 974	27 864	450	331 582	27 000 236	81 429	43 639	77 470	1 775

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2001

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 586	470 724	1 098	213 642	4 448 502	20 822	2 829 641	12 537 909	4 431

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	435	933	2 145	2 823 675	8 628 228	3 056	874 685	1 728 376	1 976

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE FERTILIZANTES, NO PARANÁ - 1982-SET 2001

ANO	PRODUÇÃO (t)				ANO	PRODUÇÃO (t)			
	Amônia	Uréia	Enxofre	Metanol		Amônia	Uréia	Enxofre	Metanol
1982	62 858	47 564	1 634	113	Março	34 780	55 340	267	712
1983	224 315	262 956	7 095	4 551	Abril	34 666	54 403	241	736
1984	289 055	370 810	9 690	6 871	Maio	36 618	60 310	203	734
1985	287 895	374 197	7 494	5 898	Junho	13 000	21 250	260	70
1986	306 373	361 970	9 556	41 717	Julho	8 263	14 036	82	257
1987	302 680	375 902	8 979	4 501	Agosto	33 788	47 302	198	536
1988	362 874	412 867	10 202	2 568	Setembro	37 337	54 043	187	648
1989	392 253	430 790	10 505	3 461	Outubro	41 193	59 833	174	394
1990	336 438	394 806	7 605	4 333	Novembro	37 145	58 228	133	649
1991	299 721	373 086	6 160	6 479	Dezembro	38 963	57 779	204	621
1992	327 069	430 996	5 017	6 764	2001				
1993	278 636	335 354	4 143	6 636	Janeiro	31 590	51 011	116	616
1994	353 586	512 263	7 334	10 137	Fevereiro	33 196	49 597	153	635
1995	361 344	501 267	5 776	7 330	Março	38 322	57 930	204	264
1996	434 995	585 079	5 174	8 775	Abril	37 055	56 809	208	274
1997	400 204	544 326	4 322	7 360	Maio	17 165	26 289	97	250
1998	380 354	443 653	2 522	6 757	Junho	9 003	10 269	2	77
1999	435 966	601 573	2 512	6 944	Julho	40 413	59 471	31	307
2000	374 177	556 111	2 283	6 523	Agosto	28 076	42 287	28	194
Janeiro	36 239	51 948	212	749	Setembro	40 211	58 597	107	306
Fevereiro	22 185	21 639	122	417					

FONTE: ULTRAFÉRTIL - Complexo Industrial de Araucária/PR

TABELA 3 - PRODUÇÃO E CONSUMO APARENTE DE CIMENTO E PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO E LAMINADOS NÃO-PLANOS, NO PARANÁ - 1975-JAN 2002

ANO	CIMENTO		PRODUÇÃO AÇO BRUTO (t)	PRODUÇÃO LAMINADOS NÃO-PLANOS (t)	ANO	CIMENTO		PRODUÇÃO AÇO BRUTO (t)	PRODUÇÃO LAMINADOS NÃO-PLANOS (t)
	Produção (t)	Consumo Aparente (t)				Produção (t)	Consumo Aparente (t)		
1975	948 809	892 591	-	-	Fevereiro	286 491	174 393	23 632	10 084
1976	1 021 127	1 107 181	-	-	Março	313 437	207 923	28 164	10 414
1977	1 405 466	1 268 896	-	-	Abril	327 560	184 311	24 850	9 457
1978	1 430 262	1 694 536	-	-	Maio	323 868	204 894	27 612	11 013
1979	1 581 022	1 999 453	-	-	Junho	344 597	189 087	25 800	7 737
1980	1 905 899	2 062 167	-	-	Julho	321 256	192 693	24 937	10 285
1981	1 912 237	1 996 334	-	-	Agosto	337 235	205 001	29 771	11 094
1982	1 898 691	1 795 468	-	-	Setembro	298 937	170 548	7 833	9 256
1983	1 548 490	1 170 301	-	-	Outubro	316 207	199 127	25 479	9 611
1984	1 386 709	1 176 273	-	-	Novembro	325 130	195 012	27 511	10 061
1985	1 569 199	1 379 351	-	-	Dezembro	338 373	170 966	23 032	8 123
1986	1 912 740	1 725 609	259 998	75 306	2001	4 099 856	2 237 992	380 713	131 545
1987	2 016 614	1 747 566	303 736	71 636	Janeiro	306 978	187 064	25 678	9 796
1988	2 048 241	1 802 384	332 160	66 524	Fevereiro	288 763	160 751	23 699	9 082
1989	2 199 902	1 755 893	326 610	73 963	Março	349 944	207 135	29 270	10 771
1990	2 235 997	1 671 284	277 005	55 151	Abril	302 340	174 555	22 862	9 954
1991	2 304 578	1 821 047	204 775	54 954	Maio	325 164	185 208	32 214	11 243
1992	2 155 279	1 670 017	239 472	83 343	Junho	330 077	170 768	27 544	11 876
1993	2 689 410	2 152 751	270 697	108 086	Julho	383 232	199 861	35 222	12 894
1994	2 264 699	1 705 392	251 339	114 374	Agosto	397 614	211 892	35 518	14 242
1995	2 727 517	2 331 338	194 072	109 987	Setembro	362 994	180 457	36 715	12 791
1996	3 280 441	2 393 306	218 779	120 712	Outubro	341 170	199 165	38 620	12 429
1997	3 746 625	2 417 505	243 536	131 392	Novembro	376 955	200 075	37 676	8 779
1998	3 992 108	2 481 071	248 429	123 822	Dezembro	334 625	161 061	35 695	7 688
1999	3 792 606	2 250 090	222 301	106 390	2002				
2000	3 814 596	2 271 786	291 856	117 962	Janeiro	31 059	9 648
Janeiro	281 505	177 831	23 235	10 827					

FONTE: Base Pública do Estado – IPARDES

NOTA: Sinais convencionais utilizados:

- Dado inexistente.

... Dado não disponível.

TABELA 4 - NÚMERO DE CONCORDATAS E DE MASSAS FALIDAS EM CURITIBA - 1975-OUT 2001

ANO	CONCORDATAS EM FALÊNCIA		CONCORDATAS PREVENTIVAS		MASSAS FALIDAS EM LIQUIDAÇÃO		FALÊNCIAS		
	Homologadas	Requeridas	Homologadas	Requeridas	Homologadas	Requeridas	Decretadas	Homologadas	Requeridas
1975	-	1	5	6	10	19	-	75	228
1976	-	2	4	3	14	39	-	185	334
1977	1	1	8	8	26	61	-	128	465
1978	2	4	8	11	28	87	-	315	1027
1979	4	32	1	10	48	74	-	649	1451
1980	-	1	1	3	44	82	-	752	1260
1981	-	-	2	5	6	4	-	729	995
1982	1	-	1	11	9	7	-	572	711
1983	-	3	5	31	26	6	63	560	917
1984	1	4	9	20	31	4	117	627	890
1985	3	3	3	10	8	7	85	536	494
1986	7	2	5	5	30	3	46	346	244
1987	5	6	14	61	36	3	51	221	395
1988	3	6	8	39	12	4	69	250	390
1989	-	1	9	13	23	1	32	232	176
1990	1	3	9	17	38	-	35	93	137
1991	-	1	10	31	18	3	48	134	431
1992	-	-	2	22	9	1	65	178	494
1993	-	1	-	12	6	-	54	191	336
1994	-	-	3	14	40	24	93	171	256
1995	1	1	11	58	39	29	94	199	688
1996	5	1	5	18	6	-	138	202	774
1997	-	-	2	19	14	-	251	406	781
1998	3	7	6	18	15	5	256	512	650
1999	3	2	8	13	41	-	192	351	524
2000	1	-	8	4	45	-	144	274	382
Janeiro	-	-	-	-	4	-	12	14	23
Fevereiro	1	-	-	1	1	-	12	32	24
Março	-	-	-	1	6	-	20	45	29
Abril	-	-	-	-	7	-	13	37	34
Maio	-	-	1	-	5	-	11	13	36
Junho	-	-	-	1	9	-	17	9	43
Julho	-	-	1	1	-	-	2	12	15
Agosto	-	-	1	-	5	-	25	23	41
Setembro	-	-	3	-	2	-	8	23	30
Outubro	-	-	1	-	1	-	3	17	28
Novembro	-	-	1	-	-	-	14	39	38
Dezembro	-	-	-	-	5	-	7	10	41
2001									
Janeiro	-	-	1	-	-	-	7	19	27
Fevereiro	2	-	-	-	2	-	9	27	25
Março	-	-	1	1	4	-	6	39	27
Abril	1	-	1	1	12	-	10	34	18
Maio	-	-	-	1	4	-	12	27	38
Junho	-	-	1	1	10	-	16	17	29
Julho	-	-	4	-	2	-	4	36	29
Agosto	-	-	-	1	5	-	10	24	36
Setembro	-	-	1	1	3	-	4	12	27
Outubro	-	-	1	-	3	-	10	29	47

FONTE: Base Pública do Estado - IPARDES

NOTA: Sinais convencionais utilizados:

- Dado inexistente.

... Dado não disponível.

TABELA 5 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-JAN 2002

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
Janeiro	387 416	2 167 885	0,18	505 029	43 029	11,74	220 832	236 035	0,94	95 827	281 082	0,34
Fevereiro	375 839	2 177 472	0,17	530 018	43 093	12,30	221 524	236 559	0,94	98 620	281 755	0,35
Março	362 640	2 178 416	0,17	556 723	43 025	12,94	217 887	236 100	0,92	96 572	281 881	0,34
Abril	370 738	2 183 464	0,17	580 499	43 142	13,46	224 246	236 829	0,95	96 984	282 628	0,34
Maior	364 887	2 189 718	0,17	585 162	43 175	13,55	205 316	237 496	0,86	96 371	283 206	0,34
Junho	365 081	2 199 458	0,17	592 795	43 210	13,72	201 713	238 952	0,85	91 930	283 827	0,33
Julho	363 211	2 206 032	0,17	578 406	43 541	13,29	197 845	239 792	0,83	90 110	283 572	0,32
Agosto	372 071	2 211 535	0,17	598 446	43 739	13,68	205 764	240 526	0,86	88 631	284 789	0,31
Setembro	375 231	2 214 369	0,17	578 579	44 045	13,14	209 103	241 431	0,87	90 424	285 122	0,32
Outubro	368 240	2 220 789	0,17	586 454	44 093	13,30	212 914	241 930	0,88	92 407	285 750	0,32
Novembro	375 954	2 223 566	0,16	599 263	44 226	13,55	223 060	242 048	0,92	95 644	286 044	0,33
Dezembro	366 083	2 226 052	0,16	576 811	44 225	13,04	222 412	242 115	0,91	95 172	286 710	0,33
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Maior	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002												
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32

TABELA 5 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982-JAN 2002

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 667	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
Janeiro	55 251	3 327	16,61	44 303	3 179	13,94	3 026	1 118	2,71	1 311 684	2 735 655	0,48
Fevereiro	55 387	3 356	16,50	43 444	3 186	13,64	2 965	1 106	2,68	1 327 797	2 746 527	0,48
Março	55 552	3 354	15,56	41 077	3 187	12,89	2 940	1 102	2,67	1 333 391	2 747 065	0,49
Abril	55 798	3 366	16,58	42 683	3 186	13,40	2 678	1 052	2,55	1 373 626	2 753 667	0,50
Mai	56 323	3 387	16,63	41 821	3 180	13,15	2 570	1 073	2,40	1 352 450	2 761 235	0,49
Junho	55 621	3 417	16,28	42 245	3 200	13,21	2 583	1 079	2,40	1 351 968	2 773 143	0,49
Julho	56 118	3 450	16,27	39 556	3 223	12,28	2 626	1 060	2,48	1 327 872	2 780 670	0,48
Agosto	55 914	3 506	15,95	41 142	3 236	12,71	2 821	1 043	2,70	1 364 789	2 788 374	0,49
Setembro	56 843	3 645	15,59	41 112	3 253	12,64	2 832	1 048	2,70	1 354 124	2 792 913	0,48
Outubro	56 794	3 702	15,34	41 470	3 279	12,65	2 719	1 045	2,60	1 360 998	2 800 588	0,49
Novembro	57 157	3 790	15,08	44 036	3 294	13,36	2 682	1 039	2,58	1 393 752	2 804 006	0,49
Dezembro	55 926	3 840	14,56	42 455	3 297	12,87	2 899	1 033	2,80	1 354 853	2 807 270	0,48
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Mai	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002												
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2001

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 381	51,98	178 801	9,89	675 824	37,40	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 071 499	50,78	206 641	9,79	818 940	38,81	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 193 061	48,09	192 236	7,75	1 080 298	43,54	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 460 149	41,64	487 515	13,90	1 537 436	43,84	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 671	40,36	647 327	18,15	1 461 837	40,98	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 080 774	49,01	577 509	13,60	1 562 648	36,80	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 261	11,54	1 740 800	35,86	28 727	0,59	4 854 032
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,06	3 932 564
2000 ⁽¹⁾	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001 ⁽¹⁾	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 7 – COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2000-2001

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2001		2000		Variação (%)	2001		2000		Variação (%)	2001 (%)	2000 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07	58 222 642	100,00	55 085 595	100,00	5,69	9,13	7,97
União Européia	1 890 819	35,56	1 547 435	35,23	22,19	14 865 365	25,53	14 784 089	26,84	0,55	12,72	10,47
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	957 412	18,00	662 226	15,08	44,57	14 378 147	24,70	13 366 060	24,26	7,57	6,66	4,95
Ásia (excl. Oriente Médio)	669 484	12,59	521 067	11,86	28,48	6 949 361	11,94	6 324 177	11,48	9,89	9,63	8,24
Mercosul	522 097	9,82	622 093	14,16	-16,07	6 363 655	10,93	7 733 070	14,04	-17,71	8,20	8,04
Oriente Médio	399 050	7,50	276 840	6,30	44,14	2 041 257	3,51	1 338 239	2,43	52,53	19,55	20,69
Demais da Aladi	325 118	6,11	328 003	7,47	-0,88	5 860 932	10,07	5 168 609	9,38	13,39	5,54	6,35
Europa Oriental	197 531	3,71	107 490	2,45	83,77	1 699 118	2,92	972 283	1,77	74,76	11,63	11,06
África	154 952	2,91	105 533	2,40	46,83	1 988 425	3,42	1 346 818	2,44	47,64	7,79	7,84
Outros ⁽¹⁾	201 046	3,78	221 404	5,04	-9,19	4 076 382	7,00	4 052 250	7,36	0,60	4,93	5,46
IMPORTAÇÃO	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20	55 580 718	100,00	55 783 343	100,00	-0,36	8,87	8,40
União Européia	1 922 991	39,03	1 651 808	35,26	16,42	14 821 511	26,67	14 048 413	25,18	5,50	12,97	11,76
Mercosul	815 537	16,55	1 054 969	22,52	-22,70	7 010 001	12,61	7 796 132	13,98	-10,08	11,63	13,53
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	608 929	12,36	488 844	10,44	24,57	13 037 354	23,46	13 002 266	23,31	26,99	4,67	3,76
África	468 456	9,51	295 315	6,30	58,63	3 325 436	5,98	2 908 184	5,21	14,35	14,09	10,15
Ásia (excl. Oriente Médio)	409 942	8,32	339 344	7,24	20,80	8 924 823	16,06	8 592 987	15,40	3,86	4,59	3,95
Demais da Aladi	292 668	5,94	399 813	8,54	-26,79	3 008 948	5,41	3 863 370	6,93	-22,12	9,73	10,35
Europa Oriental	140 971	2,86	153 246	3,27	-8,01	1 112 134	2,00	1 161 512	2,08	-4,25	12,68	13,19
Oriente Médio	128 581	2,61	110 634	2,36	16,22	1 472 119	2,65	1 559 945	2,80	-5,63	8,73	7,09
Outros	139 509	2,83	190 062	4,06	-26,60	2 868 392	5,16	2 850 534	5,11	0,63	4,86	6,67

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 8 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A DEZ 2000-2001

GRUPO/ITEM	2001 ⁽¹⁾		2000 ⁽¹⁾		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 663 636	31,29	1 508 957	34,36	10,25
Farelo	755 517	14,21	637 733	14,52	18,47
Grão	670 586	12,61	675 230	15,37	- 0,69
Óleo	237 533	4,47	195 994	4,46	21,19
Material de transporte	1 209 170	22,74	978 582	22,28	23,56
Automóveis	772 224	14,52	582 646	13,27	32,54
Motores para autoveículos	159 527	3,00	42 312	0,96	277,03
Autopeças	157 561	2,96	191 657	4,36	- 17,79
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	49 990	0,94	78 188	1,78	- 36,06
Tratores e partes	46 922	0,88	41 702	0,95	12,52
Autoveículos comerciais leves e pesados	20 033	0,38	37 769	0,86	- 46,96
Outros	2 913	0,05	4 307	0,10	- 32,37
Madeira	493 692	9,28	477 036	10,86	3,49
Compensado	192 671	3,62	193 615	4,41	- 0,49
Serrada	154 996	2,91	153 859	3,50	0,74
Molduras	56 778	1,07	39 638	0,90	43,24
Obras de marcenaria/carpintaria	46 798	0,88	46 113	1,05	1,48
Outros	42 450	0,80	43 811	1,00	- 3,11
Carnes	439 657	8,27	286 466	6,52	53,48
Aves	347 025	6,53	227 757	5,19	52,37
Bovinos	44 684	0,84	30 636	0,70	45,86
Suínos	38 757	0,73	19 689	0,45	96,85
Outros	9 191	0,17	8 384	0,19	9,62
Milho	362 590	6,82	2 594	0,06	..
Açúcar	181 527	3,41	138 654	3,16	30,92
Em bruto	152 512	2,87	113 033	2,57	34,93
Refinado	29 015	0,55	25 620	0,58	13,25
Papel	140 073	2,63	147 562	3,36	- 5,08
Couché	42 296	0,80	45 930	1,05	- 7,91
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	26 849	0,50	25 371	0,58	5,83
Kraftliner para cobertura	14 186	0,27	15 027	0,34	- 5,60
Outros	56 742	1,07	61 233	1,39	- 7,34
Café	131 201	2,47	159 970	3,64	- 17,98
Solúvel	96 044	1,81	110 057	2,51	- 12,73
Grãos	22 949	0,43	39 017	0,89	- 41,18
Extratos, essências e concentrados	12 208	0,23	10 896	0,25	12,04
Máquinas e instrumentos mecânicos	108 942	2,05	80 581	1,83	35,20
Refrigeradores/congeladores	24 616	0,46	20 539	0,47	19,85
Máquinas e implementos agrícolas	23 129	0,43	10 903	0,25	112,13
Compressores e condicionadores de ar	10 712	0,20	12 485	0,28	- 14,21
Outros	50 486	0,95	36 654	0,83	37,74
Couro e artigos derivados	87 393	1,64	88 009	2,00	- 0,70
Couro preparado ou curtido	73 537	1,38	77 341	1,76	- 4,92
Outros	13 855	0,26	10 668	0,24	29,88
Químicos diversos	72 282	1,36	82 015	1,87	- 11,87
Material elétrico	38 393	0,72	49 003	1,12	- 21,65
Condutores (inclui fibras óticas)	14 714	0,28	23 388	0,53	- 37,09
Equipamentos de telefonia/telegrafia	11 329	0,21	10 649	0,24	6,39
Outros	12 350	0,23	14 965	0,34	- 17,48
Outros	388 954	7,31	392 663	8,94	- 0,94
TOTAL GERAL	5 317 509	100,00	4 392 091	100,00	21,07

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A DEZ 2000-2001

continua

GRUPO/ITEM	2001 ⁽¹⁾		2000 ⁽¹⁾		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	1 128 787	22,91	1 178 922	25,17	- 4,25
Autopeças	633 543	12,86	604 642	12,91	4,78
Automóveis	246 120	4,99	296 841	6,34	- 17,09
Motores para autoveículos	102 813	2,09	106 518	2,27	- 3,48
Pneumáticos para autoveículos	65 608	1,33	78 818	1,68	- 16,76
Autoveículos comerciais leves e pesados	43 546	0,88	50 541	1,08	- 13,84
Outros	37 157	0,75	41 562	0,89	- 10,60
Material elétrico	865 515	17,56	548 343	11,71	57,84
Equipamentos de telecomunicações	282 366	5,73	238 043	5,08	18,62
Condutores elétricos	123 019	2,50	38 911	0,83	216,15
Componentes eletrônicos	66 244	1,34	71 324	1,52	- 7,12
Equipamentos de informática	47 858	0,97	47 385	1,01	1,00
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	33 282	0,68	32 854	0,70	1,30
Transformadores/conversores	22 328	0,45	21 753	0,46	2,64
Outros	290 419	5,89	98 072	2,09	196,13
Combustíveis e lubrificantes	624 242	12,67	709 947	15,16	- 12,07
Óleo bruto de petróleo	567 525	11,52	609 434	13,01	- 6,88
Gases liquefeitos	21 168	0,43	71 507	1,53	- 70,40
Outros	35 550	0,72	29 005	0,62	22,56
Máquinas e instrumentos mecânicos	602 998	12,24	438 255	9,36	37,59
Compressores e condicionadores de ar	69 790	1,42	51 332	1,10	35,96
Máquinas para usinagem de metais	49 844	1,01	33 942	0,72	46,85
Dispositivos para informática	26 656	0,54	18 535	0,40	43,82
Partes de bombas para líquidos	25 643	0,52	36 847	0,79	- 30,41
Refrigeradores/congeladores	18 151	0,37	11 171	0,24	62,49
Máquinas para indústria têxtil	13 892	0,28	26 420	0,56	- 47,42
Outros	399 023	8,10	260 007	5,55	53,47
Adbos e fertilizantes	327 626	6,65	350 626	7,49	- 6,56
Produtos químicos diversos	235 476	4,78	222 042	4,74	6,05
Matérias plásticas	228 691	4,64	194 535	4,15	17,56
Polietileno	85 542	1,74	107 908	2,30	- 20,73
Chapas, folhas e tiras plásticas	24 622	0,50	24 935	0,53	- 1,26
Outros	118 527	2,41	61 691	1,32	92,13
Metais comuns	159 760	3,24	200 012	4,27	- 20,13
Artefatos de ferro/aço	56 075	1,14	46 680	1,00	20,13
Materiais de alumínio	32 038	0,65	33 721	0,72	- 4,99
Laminados de ferro/aço	30 099	0,61	73 278	1,56	- 58,92
Ferragens, fechaduras e guarnições	23 735	0,48	24 389	0,52	- 2,68
Outros	17 812	0,36	21 945	0,47	- 18,83

TABELA 9 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN A DEZ 2000-2001

conclusão

GRUPO/ITEM	2001 ⁽¹⁾		2000 ⁽¹⁾		VARIAÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	104 777	2,13	127 045	2,71	- 17,53
Grão	100 210	2,03	118 360	2,53	- 15,33
Outros	4 567	0,09	8 685	0,19	- 47,42
Cereais	94 510	1,92	109 709	2,34	- 13,85
Trigo	54 237	1,10	69 152	1,48	- 21,57
Milho	21 692	0,44	12 281	0,26	76,63
Arroz	7 636	0,15	11 054	0,24	- 30,92
Outros	10 944	0,22	17 222	0,37	- 36,45
Papel e celulose	93 956	1,91	131 437	2,81	- 28,52
Pasta química	45 398	0,92	69 952	1,49	- 35,10
Papel para escrita/impressão	22 767	0,46	24 880	0,53	- 8,49
Outros	25 790	0,52	36 605	0,78	- 29,54
Fios e tecidos	52 033	1,06	34 778	0,74	49,61
Sintéticos	48 279	0,98	26 840	0,57	79,88
Outros	3 753	0,08	7 939	0,17	- 52,72
Minerais não metálicos	49 787	1,01	53 919	1,15	- 7,66
Artefatos de vidro	20 588	0,42	18 745	0,40	9,83
Fosfatos	15 781	0,32	19 309	0,41	- 18,27
Outros	13 419	0,27	15 864	0,34	- 15,41
Artefatos de borracha	44 138	0,90	41 903	0,89	5,33
Tubos	17 217	0,35	16 443	0,35	4,71
Juntas	8 134	0,17	8 215	0,18	- 0,98
Outros	18 786	0,38	17 245	0,37	8,94
Produtos hortícolas	26 315	0,53	30 697	0,66	- 14,28
Azeitonas	11 146	0,23	18 349	0,39	- 39,26
Alhos e cebolas	4 347	0,09	8 114	0,17	- 46,43
Outros	10 822	0,22	4 234	0,09	155,62
Frutas	15 840	0,32	29 785	0,64	- 46,82
Peras	4 603	0,09	12 215	0,26	- 62,32
Maçãs	3 089	0,06	4 960	0,11	- 37,73
Outros	8 148	0,17	12 610	0,27	- 35,38
Outros	273 136	5,54	282 081	6,02	- 3,17
TOTAL GERAL	4 927 584	100,00	4 684 035	100,00	5,20

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 10 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2002

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999 ⁽¹⁾	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000 ⁽¹⁾	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
Janeiro	215 414	231 910	-16 495	3 452 942	3 568 781	115 840
Fevereiro	236 611	269 295	-32 684	4 123 497	4 046 308	77 189
Março	308 708	303 235	5 472	4 471 669	4 451 932	19 737
Abril	378 485	377 749	736	4 181 447	3 996 332	185 115
Maio	471 586	390 049	81 536	5 062 755	4 698 914	363 840
Junho	400 823	402 141	-1 318	4 860 664	4 605 502	255 162
Julho	440 644	418 966	21 677	5 002 882	4 887 346	115 537
Agosto	460 668	504 604	-43 936	5 518 984	5 424 316	94 669
Setembro	345 139	442 647	-97 508	4 724 179	5 053 752	-329 573
Outubro	404 238	466 526	-62 287	4 637 535	5 185 488	-547 953
Novembro	380 408	436 527	-57 119	4 390 489	5 047 275	-656 786
Dezembro	349 368	441 021	-91 652	4 658 552	4 868 397	-209 845
2001 ⁽¹⁾	5 317 509	4 927 584	389 925	58 222 642	55 580 718	2 641 924
Janeiro	342 031	481 565	-139 534	4 537 905	5 015 838	-477 932
Fevereiro	291 205	362 965	-71 760	4 083 023	4 005 690	77 333
Março	362 878	446 244	-83 366	5 167 500	5 447 754	-280 254
Abril	514 221	521 824	-7 603	4 729 698	4 609 571	120 127
Maio	558 895	447 102	111 793	5 367 054	5 159 607	207 446
Junho	507 973	408 272	99 701	5 041 980	4 766 194	275 786
Julho	470 541	387 271	83 270	4 964 485	4 857 413	107 072
Agosto	553 452	472 236	81 216	5 727 436	5 103 857	623 579
Setembro	432 857	412 700	20 157	4 754 965	4 160 477	594 488
Outubro	501 703	396 261	105 442	5 002 529	4 753 146	249 383
Novembro	416 262	344 938	71 324	4 500 260	4 212 660	287 600
Dezembro	365 491	246 207	119 284	4 345 808	3 488 512	857 296
2002 ⁽¹⁾	250 849	239 181	11 668	3 971 829	3 796 680	175 149
Janeiro	250 849	239 181	11 668	3 971 829	3 796 680	175 149

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 11 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-JAN 2002

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Fevereiro	203	319
1977	1 356	8 826	Março	210	483
1978	1 614	9 636	Abril	75	424
1979	1 635	12 575	Maiο	88	615
1980	1 936	13 482	Junho	84	636
1981	1 954	14 105	Julho	25	818
1982	1 179	6 606	Agosto	96	718
1983	1 079	3 345	Setembro	58	503
1984	1 748	7 921	Outubro	138	407
1985	2 167	9 728	Novembro	170	638
1986	2 029	10 588	Dezembro	345	430
1987	2 121	9 479	2001	2 046	8 307
1988	1 567	8 847	Janeiro	265	237
1989	1 386	6 189	Fevereiro	233	615
1990	885	4 111	Março	278	851
1991	584	2 677	Abril	150	501
1992	593	2 893	Maiο	43	892
1993	1 038	4 475	Junho	81	900
1994	1 707	9 011	Julho	52	929
1995	859	5 095	Agosto	78	719
1996	897	4 180	Setembro	129	695
1997	1 296	6 062	Outubro	213	741
1998	1 380	6 025	Novembro	260	613
1999	1 351	4 854	Dezembro	264	614
2000	1 692	6 251	2002		
Janeiro	200	260	Janeiro	301	401

FONTE: New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 12 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-JAN 2002

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Janeiro	0,89
2000	6,23	Fevereiro	-0,17
Janeiro	0,25	Março	0,17
Fevereiro	0,07	Abril	0,67
Março	0,78	Maiο	0,45
Abril	0,42	Junho	0,31
Maiο	0,31	Julho	1,05
Junho	0,09	Agosto	0,30
Julho	2,10	Setembro	0,31
Agosto	0,91	Outubro	0,72
Setembro	-0,07	Novembro	0,42
Outubro	0,17	Dezembro	0,64
Novembro	0,19	2002	0,88
Dezembro	0,85	Janeiro	0,88
2001	5,90		

FONTE: IPARDES